

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Centro de Excelência em Turismo
Pós-graduação *Lato Sensu*
Curso de Especialização em Turismo

O COMPLEXO COSTA DO SAUÍPE:
ATUALIZAÇÃO DE ASPECTOS SOCIOAMBIENTAIS

ELMYR DUCLERC RAMALHO

Orientador: Prof^a Dr^a Dóris Santos de Faria

Brasília - 2009

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Centro de Excelência em Turismo
Pós-graduação *Lato Sensu*
Curso de Especialização em Turismo

O COMPLEXO COSTA DO SAUÍPE:
ATUALIZAÇÃO DE ASPECTOS SOCIOAMBIENTAIS

ELMYR DUCLERC RAMALHO

Orientador: Prof^ª Dr^ª Dóris Santos de Faria

**Monografia apresentada ao Curso de
Especialização em Formação de Professores na
área de Turismo da Universidade de Brasília –
UnB como requisito parcial para obtenção do
título de especialista em Turismo.**

Brasília - 2009

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Centro de Excelência em Turismo
Pós-graduação *Lato Sensu*
Curso de Especialização em Turismo

ELMYR DUCLERC RAMALHO

Aprovado por:

Profª Dóris Santos de Faria

Prof.

Prof.

Brasília, 15 de maio de 2009

AGRADECIMENTOS

A Deus, criador e sustentador de todas as coisas

À minha família, razão de ser da minha vida

À minha esposa, que se mostrou excelente degravadora de entrevistas

A Célida e Verônica, que me ajudaram a eliminar o vírus SMO (Síndrome do Mau Operador)
do meu note-book

Às Coordenadoras Maria de Fátima e Sandra e sua competente equipe

À orientadora, Profa. Dóris Faria, que corrigiu com paciência a minha “desorientação”

Aos queridos colegas do curso

Ao meu “guru” Raimundo, que se “abstraiu” dos seus muitos afazeres para me ajudar com o
“abstract”

A todos quantos me apoiaram nesta empreitada

Aos meus amigos todos

Resumo

Neste trabalho discorre-se sobre o incremento turístico no mundo e no Brasil nos últimos dez anos e sobre a vinda incentivada ao país, e particularmente ao Nordeste, de grandes grupos internacionais do ramo turístico-hoteleiro, privatizando trechos do litoral e limitando o acesso dos moradores locais às praias e aos recursos naturais de onde extraem matéria prima para as suas atividades básicas de subsistência, dentre as quais o artesanato. Direciona-se o foco de interesse para o empreendimento Costa do Sauípe, no Litoral Norte da Bahia, a fim de reavaliar situações de conflitos socioambientais identificadas em estudos anteriores. . Para tanto, por meio de pesquisa programada, estabelece-se comparação da situação atual com as anteriores, mormente no que respeita às agressões aos meios biótico e antrópico na região de influência do empreendimento. Por fim, com base nos resultados dessa pesquisa, que indicam a persistência de conflitos não resolvidos, sugerem-se ações públicas e privadas, com vistas à solução dos problemas ainda existentes.

Palavras-chave: empreendimento, turismo, Costa do Sauípe, conflitos socioambientais.

Abstract

This work addresses the increment of tourism in the world and in Brazil in the past ten years as well as the stimulated coming of big international corporations in the business of tourism and lodging to this country, particularly to the Northeastern Coast, which has caused the privatization of parts of that coast, and has limited the access of native dwellers to local beaches and to their natural resources that are the raw material for their basic activities of subsistence, including handicraft. The focus of this paper is directed towards the Costa do Sauípe business enterprise, located at the Northern Coast of Bahia, with the intent of reassessing the situations of socio-environmental conflicts identified in previous studies. . In order to do so, through the adoption of a planned research, a comparison has been made between the current situation and that of previous researches, particularly with respect to the aggressions toward the biotic and anthropic milieus in the region impacted by such business enterprise. Finally, on the basis of the finding of this research, which indicate the persistence of unresolved conflicts, public and private actions are suggested with the purpose of contributing to the solution of these persisting problems.

Key-words: business enterprise, tourism, Costa do Sauípe, socio-environmental conflicts.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AFA – André Sá e Francisco Mota Arquitetos
APA – Área de Proteção Ambiental
CDS – Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília
CEPRAM – Conselho Estadual de Proteção Ambiental
CET – Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília
CONDER – Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia
COPEC – Complexo Petroquímico de Camaçari
CRA – Centro de Recursos Ambientais
ECOPLAM – Empresa de Consultoria e Planejamento Ambiental
EIA – Estudo de Impacto Ambiental
EMBASA – Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A.
ETE – Estação de Tratamento de Esgotos
FACE – Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da
Informação e Documentação da Universidade de Brasília
FINAM – Fundo de Investimentos na Amazônia
FINOR – Fundo de Investimentos no Nordeste
FISET – Fundo de Investimentos Setoriais
FUNGETUR – Fundo Geral do Turismo
PNMT – Plano Nacional de Municipalização do Turismo
PNT – Plano Nacional do Turismo
PREVI – Caixa de Previdência do Banco do Brasil
PRODETUR/NE – Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste
RIMA – Relatório de Impacto ao Meio Ambiente
SEBRAE – Serviço Nacional de Apoio à Pequena e Microempresa
SENAC – Serviço Nacional do Comércio
SENAI – Serviço Nacional da Indústria
SESC – Serviço Social do Comércio
SUINVEST – Superintendência de Investimentos da Bahiatursa
TAMAR – Programa de Conservação da Tartaruga Marinha
TIBRÁS – Titânio do Brasil S.A.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Itens	Pág.
Figura 01 – Unidades de Conservação no Litoral Norte	14
Figura 02 – Evolução do Vetor Norte 1970 a 1990	29
Figura 03 – Evolução do Vetor Norte 1990 a 2000	29
Figura 04 – Setores de Desenvolvimento do Litoral Norte	30
Figura 05 – Zoneamento Ecológico das APAS	31
Figura 06 – Restrições Ambientais	32
Figura 07 – Localização e Acesso	33
Figura 08 – Vista do Sofitel Suítes Costa do Sauípe	51
Figura 09 – Projeto Tamar. Acesso às instalações	52
Figura 10 – Um pouco de consciência ambiental	53
Figura 11 – Lixo na Praia de Porto do Sauípe	54
Figura 12 – Casas construídas em aterro sobre o manguezal	55
Figura 13 – Tascas barracas na praia da foz do Rio Sauípe	55

LISTA DE TABELAS

- Entrevistado A	37
- Entrevistado B	40
- Entrevistado C	43
- Entrevistado D	45
- Entrevistado E	47
- TABELA SÍNTESE	49

SUMÁRIO

Itens	Pág.
1. INTRODUÇÃO	10
2. CONTEXTUALIZAÇÃO	12
3. A PESQUISA: OBJETIVOS, JUSTIFICATIVA	14
3.1. Objetivos	14
3.2. Justificativa	15
4. REFERENCIAIS TEÓRICOS	15
4.1. Pesquisas anteriores	15
4.2. Considerações teóricas sobre Conflitos Socioambientais	18
4.3. A conflituosa relação socioambiental do empreendimento	21
5. METODOLOGIA	22
6. RESULTADOS	26
6.1. Caracterização sócio-histórica e geográfica da região	26
6.2. O empreendimento Complexo Costa do Sauípe	34
6.3. Das entrevistas	35
6.4. Das visitas e observações pessoais	50
6.5. Da consulta documental	56
7. DISCUSSÃO DOS ASPECTOS MAIS RELEVANTES	60
7.1 Resposta do Complexo ao questionário que lhe foi enviado	60
7.2. Aspectos ambientais	61
7.3. Aspectos sociais	64
8. CONCLUSÕES	67
8.1. Sugestões para ações futuras junto ao Complexo Costa do Sauípe	69
9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	72
APÊNDICE A - Informações prestadas pelo Complexo Costa do Sauípe	74/75

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos dez anos, com o significativo avanço da atividade turística em todo o mundo, ocorreu, de igual modo, ainda que em escala bem menor, um expressivo incremento do turismo no Brasil, principalmente a partir da criação, em 2003, do Ministério do Turismo e da elaboração do Plano Nacional de Turismo – PNT 2003/2007 e do PNT 2007/2010.

Alguns anos antes, em 1994, o Plano Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT, apesar de algumas falhas na sua implantação, já dera uma importante parcela de contribuição para esse incremento. Introduzindo uma nova filosofia no trato da questão, o PNMT preconizava a descentralização do planejamento turístico, buscando o envolvimento das unidades da federação e a participação comunitária, por meio de Conselhos e Planos estaduais e municipais de turismo.

Concomitantemente, no intuito de atrair o interesse do trade nacional e internacional, linhas diversas de financiamento, tais como Fundo Geral do Turismo - FUNGETUR, Fundo de Investimentos no Nordeste - FINOR, Fundo de Investimentos na Amazônia - FINAM e Fundo de Investimentos Setoriais - Fiset, dentre outras, foram disponibilizadas pelo Governo, a fim de estimular o segmento empresarial a investir fortemente no setor, explorando as inúmeras potencialidades do “destino Brasil” e as várias modalidades de turismo que aqui podem ser praticadas.

Assim é que, grandes grupos internacionais, especialmente do ramo hoteleiro, para cá vieram, incorrendo, entretanto, num enorme erro de avaliação do interesse do Governo, ao investirem em super projetos, inadequados à realidade nacional e, até mesmo, internacional. Ao analisar este fato, Beni afirma: *“Esses capitais incentivados foram utilizados quase integralmente em hotéis de luxo, de 250 mil dólares a unidade habitacional, em empreendimentos de valor não inferior a 25 milhões de dólares.”* Mais adiante ele assevera que esses investimentos acabaram por gerar uma *“ (...) oferta incompatível com as características da demanda interna regional e mesmo com as características da receptiva internacional”* (BENI, 2006).

Esses megacomplexos hoteleiros proliferaram predominantemente ao longo da costa e, particularmente, do litoral nordestino, explorando o nosso conhecido binômio turístico “sol e mar”.

Cabe lembrar aqui, por oportuno, que toda a zona costeira, assim como a floresta amazônica, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, e o pantanal matogrossense, constituem e

integram o conjunto dos grandes biomas brasileiros, cuja preservação, como patrimônios naturais, é prevista na Constituição Federal.

Por seu turno, a Lei 7.661, de 16 de maio de 1988, no seu artigo 10, estabelece que:

“Art. 10. As praias são bens públicos de uso comum do povo, sendo assegurado, sempre, livre e franco acesso a elas e ao mar, em qualquer direção e sentido, ressalvados os trechos considerados de interesse de segurança nacional ou incluídos em área protegida por legislação específica”.

Todavia, é sabido que alguns dos grandes grupos hoteleiros, de bandeira americana, espanhola, portuguesa, francesa e até chinesa, que se instalaram no litoral norte da Bahia e no Nordeste, como, por exemplo, o Sofitel, o Iberostar, o Pestana, o Mediterranée e o Vila Galé, contando, por vezes, com a complacência e tolerância das nossas autoridades governamentais, estariam literalmente privatizando extensas faixas do nosso litoral, deslocando delas a sua população nativa, sem oferecer-lhes absolutamente nada em troca e ainda dificultando ou até mesmo impedindo o seu acesso à praia. Boa parte da clientela desses hotéis é constituída por turistas estrangeiros, vindos da Europa e dos Estados Unidos, em voos charter e conduzidos diretamente do aeroporto aos hotéis em luxuosos ônibus com ar-condicionado, sem tomar qualquer contato com a realidade social ou cultural das comunidades vizinhas. É o turismo de elite, cujos projetos, de natureza predominantemente lucrativa e mercadológica, têm privilegiado, antes de tudo, o rápido retorno do seu investimento, em detrimento das ações de preservação ambiental, gerando conflitos socioambientais na região em que se situam.

Este fato foi, portanto, o grande motivador da presente pesquisa, que inicialmente pretendeu abranger pelo menos quatro dos empreendimentos acima citados. Verificando, contudo, que isto não seria exequível, no prazo de que se dispunha, decidiu-se direcioná-la especificamente para o empreendimento Costa do Sauípe, por duas razões básicas, a saber:

- 1 – O empreendimento Costa do Sauípe é o mais importante da região, não só por sua dimensão e significado econômico, mas também porque acaba servindo de referência para inúmeros outros empreendimentos similares;
- 2– Este empreendimento foi alvo, já, de diversos trabalhos anteriores que o avaliaram minuciosamente, no período de 2002 a 2006, e que serão relatados oportunamente.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO

O objeto central da pesquisa – o Complexo Costa do Sauípe - situa-se, juntamente com inúmeros outros empreendimentos turísticos do ramo hoteleiro, no segmento conhecido como Costa dos Coqueiros, do Litoral Norte da Bahia, que vai da Praia do Forte até a divisa com Sergipe, num percurso de aproximadamente 190 km, servido por estradas asfaltadas: a Estrada do Coco, quase toda duplicada, e a Linha Verde, concluída em 1993 pelo Governo do Estado.

Ao longo e no entorno desse trajeto, que atravessa vários municípios da orla oceânica, situa-se, dentre várias outras, a Área de Preservação Ambiental Litoral Norte (APA-Litoral Norte), criada pelo Governo do Estado, em 1992, abrangendo os municípios de Mata de São João, Entre Rios, Esplanada, Conde e Jandaíra, e objetivando dar proteção aos recursos naturais locais, numa área de 142.000 hectares. O Plano de Manejo desta APA foi instituído em 1995 (Resolução CEPRAM nº 1040/95), estabelecendo o seu Zoneamento Ecológico Econômico e viabilizando a elaboração de Programas de Controle e Desenvolvimento, Defesa, Recuperação e Educação Ambiental imprescindíveis para a melhoria da qualidade de vida das populações autóctones e para o desenvolvimento sustentado da região. Além disso, recomendando um amplo elenco de outras medidas de caráter permanente, a fim de proporcionar, de modo ordenado e controlado, a expansão da ocupação do Litoral Norte, conciliando os aspectos sociais, econômicos, turísticos e paisagísticos. Note-se que os empreendimentos ali implantados, em implantação ou previstos, já ocupam praticamente toda a extensão da Costa e respondem por uma oferta hoteleira de aproximadamente 20.000 leitos, dos quais cerca de 5.500 dos empreendimentos já em operação. Dentre esses, destacam-se, além do Complexo Costa do Sauípe (o mais antigo, implantado no período de 1990 a 2000), alguns outros de grande porte, tais como o Iberostar e o Praia do Forte Eco Resort, na Praia do Forte; e o Vila Galé Marés, na Praia de Guarajuba (SUINVEST, 2004).

Impôs-se, então, a necessidade da implantação de serviços essenciais, particularmente saneamento básico, que se compatibilizassem com uma região rica em atrativos naturais, com destaque para a extrema beleza da sua orla marítima.

Em face disso, o Governo do Estado, por meio da EMBASA, lançou o Edital/Termos de Referência da Concorrência Nacional nº 074/08, objetivando contratar estudos voltados para o planejamento e consolidação de um Modelo de Preservação Ambiental de toda a região litorânea, que indique, dentre outras medidas, concepções compatíveis de Sistemas de Abastecimento de Água (S.A.A) e de Esgotamento Sanitário (S.E.S), de modo a evitar a proliferação de soluções pontuais, não integradas, apenas para atendimentos localizados. A intenção principal é assegurar que os diversos sistemas que venham a ser projetados contemplem o aproveitamento integrado de Mananciais Alimentadores e Modelos de Tratamento de Esgotos e Destinação Final de Efluentes, de modo a obter-se uma configuração de preservação ambiental adequada a todo o Litoral Norte, que é uma área reconhecidamente frágil do ponto de vista ambiental.

Por outro lado, tudo isso deve estar em perfeita consonância com o Projeto de Zoneamento Costeiro do Litoral Norte (GERCO), cujo objetivo básico é assegurar que todas as ações que impactem a socioeconomia da região não só impeçam o crescimento desordenado, mas, principalmente, disciplinem a inevitável ocupação urbana em conformidade com o modelo de preservação ambiental adrede definido.

Lamentavelmente, apesar de todos esses cuidados, já são frequentes as agressões à APA Litoral Norte, tais como desmatamento, extração de areia, uso indisciplinado do solo, queimadas, etc. Embora o quadro se reproduza em praticamente todas as localidades, cabe destacar Porto do Sauípe, como exemplo típico, até porque tem sido a mais impactada pela implantação e operação do Complexo Costa do Sauípe. Ali se constata a seguinte situação (Diagnóstico Socioambiental da APA Litoral Norte: 1999):

- faixa de proteção do manguezal invadida, em parte, por construções irregulares;
- barracas de praia, sem condições sanitárias, instaladas na foz do Rio Sauípe;
- contaminação do lençol subterrâneo, lançamento de esgotos a céu aberto e progressivo desmatamento dos manguezais em decorrência de uma acentuada favelização.

Cumprindo, ainda, destacar que ao longo do Litoral Norte existem Unidades de Conservação enquadradas nos critérios e normas definidos pela Lei 9985/00, que instituiu o Sistema

Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, as quais estão relacionadas no quadro abaixo com indicação das suas respectivas áreas e categorias.

Figura 01 -Unidades de Conservação no Litoral Norte

Nome	Categoria	Área	Criação
APA de Joanes-Ipitanga	Uso Sustentável	64.463	Decreto Estadual nº 7.596/99
APA Rio Capivara	Uso Sustentável	1.800	Decreto Estadual nº 2.219/93
APA Lagoas de Guarajuba	Uso Sustentável	230	Resolução CEPRAM nº 387/91
APA Plataforma Continental do Litoral Norte	Uso Sustentável	362.260	Decreto Estadual nº 8.553/03
Cinturão Verde do COPEC	Não enquadrada no SNUC	2.707	Decreto Estadual nº 22.146/70
Parque Municipal das Dunas de Abrantes	Proteção Integral	700	Decreto Municipal nº 1.168/77
Parque Garcia D'ávila	Proteção Integral	7.000	Criação não disponível
APA Litoral Norte	Uso Sustentável	142.000	Decreto Estadual nº 1.046/92
APA Mangue Seco	Uso Sustentável	33.395	Decreto Estadual nº 605/91
RPPN Sapiranga	Proteção Integral	600	Portaria Federal nº 64/84
RPPN Dunas de Santo Antônio	Proteção Integral	371	Decreto Federal nº 65/01
RPPN Fazenda Lontra/Saudade	Proteção Integral	1.377	DecretoFederal nº 95/96

Obs.: As APAs são estaduais, destinadas a disciplinar a ocupação litorânea. A APA da Plataforma Continental, abrange a plataforma continental da região, sem incluir a parte terrestre. A Secretaria do Meio Ambiente do Estado da Bahia, por meio da sua Diretoria de Unidades de Conservação, é a gestora dessas APAs. O Plano de Manejo e o Zoneamento Ecológico Econômico da APA Litoral Norte necessitam de revisão e atualização (Fonte: UFC Engenharia Ltda. 2008).

3. A PESQUISA: OBJETIVOS. JUSTIFICATIVA .

3.1. Objetivos

Como **objetivo geral**, uma vez que o assunto foi exaustivamente estudado em pesquisas anteriores, pretendeu-se proceder, a partir do farto material de campo já coletado e mediante levantamento atualizado de dados, a uma prospecção, a mais aproximada possível, da realidade atual do Complexo, tanto no que tange às questões pesquisadas, como no que concerne à postura dos empreendedores frente aos conflitos socioambientais porventura ainda persistentes.

Como **objetivo específico**, buscou-se o estabelecimento de procedimentos metodológicos capazes de possibilitar uma pesquisa eficiente e consistente que evidenciasse com clareza o confronto entre a situação atual e aquela levantada em estudos anteriores, particularmente em relação a: 1) poluição dos mananciais; 2) degradação dos ecossistemas locais (manguezais, estuários, dunas, praias, etc.); 3) falhas no atendimento às carências das populações autóctones

impactadas pelo empreendimento., mormente nas áreas de saúde, educação e de emprego e renda; 4) aumento da criminalidade, prostituição e tráfico de drogas; 5) desprezo aos valores culturais locais; 6) descumprimento de condicionantes estabelecidas no Estudo de Impacto Ambiental – EIA/RIMA, dentre outros aspectos.

Num segundo estágio, então, os resultados desse confronto, vão orientar, fundamentadamente, a formulação de recomendações e sugestões de medidas a serem adotadas, tanto pelo poder público, quanto pelo segmento empresarial, com vistas à resolução desses conflitos.

3.2. Justificativa

Entende-se que a pesquisa proposta é perfeitamente justificável, do ponto de vista técnico, uma vez que poderá constituir um importante documento, a ser utilizado por quem de direito, para a correção dos problemas socioambientais remanescentes, através do instrumental tecnológico mais adequado a cada situação identificada. Por outro lado, do ponto de vista socioeconômico, será também de extrema relevância, pela resposta que poderá dar aos anseios de preservação dos valores culturais das comunidades nativas, ameaçados pelo Complexo.

Cabe, aliás, supor, em que pese o nível de abrangência da pesquisa, limitado a um único caso, que situações análogas se reproduzam na maioria dos demais empreendimentos, o que somente ressalta a utilidade desta pesquisa, ante a possibilidade, bastante viável, de que seus resultados e conclusões possam vir a ser aplicados, com as necessárias adequações, às demais áreas do Litoral Norte.

4. REFERENCIAIS TEÓRICOS

4.1. Pesquisas anteriores

Em 2002, o pesquisador **Andrade**, num trabalho que não chegou a ser conclusivo, apontou impactos de natureza ambiental e socioeconômica gerados pelo empreendimento, assim discriminados (ANDRADE, 2002):

- a) Impactos negativos:

- Poluição do Rio Sauípe e do seu estuário em decorrência da não construção do emissário submarino para descarte dos efluentes orgânicos, conforme exigência do projeto inicial.
- Restrição do acesso dos moradores às praias e aos manguezais, onde praticavam a sua atividade de mariscagem.
- Limitação do acesso dos artesãos locais às reservas naturais de piaçava na Mata Atlântica., de onde extraíam a palha, matéria prima para o seu trabalho.

II - **Santos Neto**, detectou, de igual modo, alguns impactos socioambientais, relacionando-os da seguinte forma (SANTOS NETO, 2003):

a) Impactos negativos:

- Aumento populacional desordenado.
- Evasão de pescadores para o segmento de serviços.
- Inflação no preço do pescado e de mariscos.
- Aumento da prostituição.
- Não conclusão dos sistemas de saneamento básico pela Embasa.
- Nenhuma política de educação ambiental.

b) Impactos positivos:

- Estímulo à atividade comercial.
- Aumento do mercado consumidor de pescados e mariscos.
- Cursos de capacitação profissional para o Turismo.
- Coleta regular do lixo doméstico.
- Coleta de esgotos em implantação.
- Melhora no sistema de distribuição de água.

Adicionalmente o autor destaca os seguintes aspectos:

- o descompromisso socioambiental do empreendimento, revelado na *“falta de interação mais intensa entre o empreendimento e o tecido social, postura que revela uma relação de distanciamento e, por conseguinte, de exclusão da população local com a atividade do turismo e do lazer, aí instaladas”*. (p. 97).
- a não realização de Balanço Socioambiental anual que permitisse a divulgação dos seus resultados, *“tanto para o trade turístico, quanto para a comunidade local, o que permitiria uma maior visibilidade da sua responsabilidade socioambiental”* (p. 97).

III - **Couto**, constatou impactos similares, assim elencados (COUTO, 2003):

a) Impactos negativos:

- Elevado processo migratório para Praia do Forte e Porto do Sauípe.
- Elevação dos preços do comércio em Praia do Forte (aumento de demanda).
- Envolvimento sexual de jovens com turistas. Prostituição em Porto do Sauípe.
- Consumo e tráfico de drogas em Porto do Sauípe, Praia do Forte e Vila Sauípe.
- Poluição do Rio Sauípe e manguezais. Contaminação hídrica.

b) Impactos positivos:

- Informações de saúde obtidas nos cursos de hotelaria.
- O despertar do interesse pelos estudos.
- Valorização do artesanato local, incentivo ao associativismo, água e energia em Vila Santo Antônio e Vila Sauípe.

A autora busca, entretanto, centrar sua análise nos aspectos relativos ao abandono da diretriz inicial do empreendimento no sentido de preparar adequadamente a comunidade para receber o Complexo.

IV -**Oliveira** encontra exatamente os mesmos problemas, concluindo serem eles característicos *“dos grandes complexos hoteleiros, que causam, devido ao seu tamanho, grandes impactos no meio ambiente”*, em decorrência, inclusive, da *“falta de um Planejamento Sustentável”*. (OLIVEIRA, 2004).

V - **Rodrigues Júnior**, se ocupa, de igual modo, do Complexo Costa do Sauípe, fixando, porém, sua atenção na iniciativa de caráter social representada pelo chamado Projeto Berimbau, que pretendeu ser um Programa de Autossustentabilidade do empreendimento, e do qual se vai tratar mais à frente (RODRIGUES JÚNIOR, 2006).

Dessa forma, dado que os problemas já haviam sido devidamente identificados nas exaustivas pesquisas de campo anteriores, o foco do presente trabalho tomou uma outra direção, qual seja a de simplesmente avaliar, passados alguns anos das últimas sondagens feitas, se os problemas então denunciados ainda perduram ou foram sanados ou minimizados, para tanto utilizando como parâmetros os impactos socioambientais acima relacionados.

É evidente que, como já se previa, a recorrência de impactos não resolvidos, implicará a necessidade urgente de medidas corretivas, assim como, por outro lado, as ações positivas, mitigadoras dos problemas, que foram encontradas, deverão, então, ser aprofundadas e ampliadas, conforme se verá mais adiante nas conclusões.

4.2. Considerações Teóricas sobre Conflitos Socioambientais

Considerando que a ênfase do presente trabalho está focada nas questões atinentes aos conflitos socioambientais, foram consultados autores que tivessem produzido textos alusivos ao tema em livros, publicações científicas, artigos na internet, etc., para fundamentar, tanto a análise e avaliação dos dados coletados, quanto a formulação de sugestões à luz dos resultados obtidos

A propósito de conflitos, num dos textos de uma coletânea de reflexões publicadas por este pesquisador, em 2007, sob o título “CHUVAS ESPARSAS”, encontra-se a seguinte afirmação, à pág. 47:

“O mundo de hoje atravessa inegavelmente uma fase de permanente inquietação. A palavra que melhor define a situação mundial nos dias atuais é: CONFLITO.

Aliás, não somente nos dias contemporâneos, mas desde que o mundo foi criado, a história dos povos é a história dos seus conflitos, das suas lutas, das suas guerras, das suas conquistas.

Hoje, entretanto, são cada vez mais freqüentes e complexos, marcados por uma luta insana, e tantas vezes sanguinária, pela supremacia econômica, política ou social”.

Foi, pois, assim e assim tem sido, conflituosa, a relação entre os povos, sempre que poderosos interesses estiveram em jogo, independentemente da sua natureza: econômica, ideológica, étnica, geopolítica, religiosa ou ambiental, dentre tantas outras.

Há inomináveis conflitos étnicos, cujos exemplos mais cruéis são o holocausto judaico no passado e, mais recentemente, os sangrentos embates, na região dos Bálcãs, entre sérvios, albaneses, eslovênios, croatas, montenegrinos e macedônios, de que resultou a divisão da antiga Iugoslávia, bem como as cruentas lutas que ainda hoje são travadas no Afeganistão e em várias outras partes do mundo, particularmente na África.

Registre-se ainda esse interminável confronto, de inspiração dita religiosa, porém com um fortíssimo componente político e econômico, entre judeus e palestinos, na luta destes pela implantação do Estado Palestino.

Acrescente-se a tudo isso o fenômeno do fanatismo ideológico e religioso, responsável por insidiosas ações de cunho terrorista em todo o mundo, que acabam por provocar reações bélicas e devastadoras situações de guerra como a que ocorreu e ainda ocorre hoje no Iraque.

Cumprir observar que um traço marcante, comum a todos os exemplos dados, é a forma como se pretendeu resolver os conflitos, sempre através da luta armada, numa reprodução da

prática primitiva e bárbara da subjugação dos povos mais fracos pelos mais fortes. Prática essa em que se desconhecia qualquer forma de resolução pacífica das divergências, fossem elas de que natureza fossem, e na qual os conflitos eram essencialmente competitivos. Ou seja, um lado deveria sempre perder para o outro ganhar, não se cogitando jamais de qualquer forma de resolução em que se concilhassem as necessidades e interesses de todas as partes envolvidas no conflito.

Isto posto, poder-se-ia tranquilamente inferir que, se assim aconteceu e ainda acontece com as nações, não seria diferente nas relações individuais ou coletivas, entre os vários estratos das modernas sociedades, sobretudo em tempos de globalização.

Todavia, discorrendo sobre o assunto, Nascimento (2005) no seu artigo “*Os Conflitos na Sociedade Moderna: Uma Introdução Conceitual*”, à p. 85 da coletânea “*A Difícil Sustentabilidade*”, organizada por Bursztyn (2005) sustenta que cada sociedade moderna, ao contrário das sociedades primitivas, tende a encontrar mecanismos próprios de resolução dos seus conflitos. Segundo o autor, aquela conduta primitiva que, via de regra, resultava em guerras e divisões, foi paulatinamente sendo substituída por processos, ainda que frágeis, de resolução das divergências internas, até chegar-se, na era moderna, à criação de procedimentos eficientes de resolução de conflitos.

Ocorre que, a julgar pela ainda recente eclosão de conflitos em várias regiões do mundo, é inevitável deduzir-se que esses procedimentos têm falhado na busca da resolução desses embates, o que se coaduna com o pensamento de Alonso e Costa no seu artigo “*Por uma sociologia dos conflitos socioambientais no Brasil*”, à p. 7, quando afirmam: “(...)Vários estudos empíricos têm levantado indícios de que os conflitos contemporâneos nem se restringem a valores nem parecem em vias de se extinguir. Antes o contrário”.

Mais adiante (p. 94), ao tratar dos elementos definidores do conflito, Nascimento os identifica como sendo: *natureza, atores sociais diversos, campo específico, objeto em disputa, lógica ou dinâmica de evolução, mediadores e tipologia*. Diga-se, de passagem, que todos esses elementos estão presentes nos antagonismos e contradições que têm caracterizado a operação do Complexo Costa do Sauípe, em que pesem iniciativas de caráter social que, apesar de bem projetadas, como no caso do Projeto Berimbau, pecaram por uma execução muito aquém do planejado.

Assim, a **natureza** do conflito, no presente caso, está claramente tipificada como sendo de três ordens: social, econômica e ambiental. Os **atores sociais**, representados pelos

empreendedores, comunidade impactada e o poder público nos seus três níveis. O **campo específico**, toda a extensa área no raio de influência do empreendimento, que, na verdade, vai muito além do 1,7 milhão de m² do projeto e dos 6 km de costa ocupados. O **objeto em disputa**, que se poderia sintetizar em duas palavras: qualidade socioambiental. A **lógica de evolução**, entendida, segundo Nascimento, como a forma de se manifestar, peculiar a cada conflito, e que no, caso em análise, dado o lapso de tempo decorrido sem que tenha havido sinais claros de solução, já se enquadra, dentre as categorias sugeridas pelo autor, naquele tipo de conflito por ele classificado como “*longo, intenso e crônico*”, com tendência a ingressar numa espécie de “*dormência, que tanto pode anteceder a conclusão como a novos embates*”. Quanto aos **mediadores**, podem ser representantes da sociedade civil organizada, ou mesmo de alguma entidade pública, atuantes na região deste conflito, mas não diretamente envolvidos nele, que se disponham, de forma isenta, a intervir na busca de uma conciliação dos interesses em jogo. Por último, a **tipologia**, que, neste caso, pode ser considerada extremamente complexa, por envolver, como assinala o autor, atores de natureza bastante diversa.

Por último (p. 101), salienta Nascimento que “*segundo sua natureza os conflitos tendem a ser classificados e regulamentados*”, mediante “*um conjunto de regras que permite prever os direitos de partes conflitantes, possibilitando assim mais facilmente a sua resolução*”. O que, afinal, representa um alento para as ações que ainda podem ser implementadas para resolução desses conflitos na área de influência do Complexo Costa do Sauípe.

Tratando agora especificamente dos conflitos socioambientais, cumpre observar, antes de tudo, que, como quaisquer outros tipos de conflitos, eles constituem, segundo os estudiosos do tema, parte inerente à própria característica das relações humanas, independentemente da sua natureza ou tipologia.

Little (2005), abordando este assunto no seu artigo “*Os Conflitos Socioambientais: Um Campo de Estudo e de Ação Política*”, à p. 107 da mesma coletânea atrás citada, define conflitos socioambientais “*como disputas entre grupos sociais derivadas dos distintos tipos de relação que eles mantêm com seu meio natural*”. E salienta que, conceitualmente, essas disputas se travam em três planos: o biótico, o antrópico e o da relação sempre mutável e biunívoca entre eles, situação em que se enquadra, à perfeição, o relacionamento do Complexo Costa do Sauípe com o meio natural onde se implantou e com as comunidades ao alcance da sua influência, segundo se pode constatar até aqui. Mais adiante, no tópico sobre a tipologia dos conflitos socioambientais, o autor vai atribuir-lhes a seguinte classificação (p. 108): “*(1) os conflitos em torno do controle sobre os recursos naturais, (2) os conflitos em*

torno dos impactos ambientais e sociais gerados pela ação humana e natural, e (3) os conflitos em torno do uso dos conhecimentos ambientais”.

Ainda a esse respeito, veja-se também o que afirmam Vivacqua e Vieira (2005, p. 2) no seu texto “*Conflitos socioambientais em Unidades de Conservação*”: “*Neste sentido, o termo **conflito socioambiental** designa as relações sociais de disputa/tensão entre diferentes grupos ou atores sociais pela apropriação e gestão do patrimônio natural e cultural*”.

Observe-se então que o segundo tipo de conflito, na classificação de Little acima, é justamente o que ora se está estudando e no qual se evidenciam antagonismos e tensões entre empreendedores e comunidade local impactada, impedida muitas vezes do livre acesso a partes importantes do seu habitat natural e ameaçada nos seus valores culturais. Exatamente como na supracitada definição de Vivacqua e Vieira.

Esses conceitos, extremamente válidos e plenamente aplicáveis ao empreendimento Costa do Sauípe permeiam a análise comparativa da sua atual situação e a da localidade vizinha de Porto do Sauípe, conforme se verá adiante.

4.3.. A conflituosa relação socioambiental do empreendimento

As constatações a que chegaram, em momentos distintos, os pesquisadores Andrade (2002), Santos Neto (2003), Couto (2003), Oliveira (2004) e Rodrigues Júnior (2006), conforme mencionadas anteriormente, indicam que têm sido extremamente conflitantes as relações do Complexo Costa do Sauípe com o meio físico, biológico e antrópico da região em que se situa. Por outro lado, configuram situações que, a julgar pela postura descompromissada e até arrogante dos representantes do empreendedor nas reuniões promovidas com os atores sociais locais, conforme relata Santos Neto (p. 97), tenderão a agravar em muito os danos socioambientais gerados pela operação do empreendimento, induzindo a uma exacerbação dos conflitos.

Necessário, pois, que o poder público, caso essas situações ainda persistam (como se verá mais à frente), intervenha com o rigor necessário a fim de dar o tratamento mais adequado ao problema, buscando solucioná-lo ou, pelo menos, minimizá-lo.

Veja-se que esta é exatamente uma preocupação manifesta por Santos Neto (2003) no seu trabalho, quando afirma que: *“Os impactos negativos ali causados pelo empreendimento Costa do Sauípe reclamam uma ação mais enérgica do Poder Público nas três esferas, quais sejam: municipal, estadual, federal, em face de este empreendimento estar instalado em área que abriga zona estuarina, ponto de desova de tartarugas e, ainda, abrigar manchas de mata atlântica”* (SANTOS NETO, 2003, p. 98).

5. METODOLOGIA

Considerando a abundância de informações coletadas nas pesquisas anteriores, bem como a exiguidade do tempo disponível, decidiu-se não efetuar levantamento de dados primários em campo, através de questionários, até porque isto equivaleria a uma desnecessária superposição de informações de caráter quantitativo.

No levantamento bibliográfico que serviu como referencial teórico do presente trabalho, considerando que a sua ênfase está focada nas questões atinentes aos conflitos socioambientais, foram pesquisados autores que tivessem produzido textos alusivos ao tema em livros, publicações científicas, artigos na internet, etc, para fundamentar e embasar, tanto a análise e avaliação dos dados coletados, quanto a formulação de sugestões, à luz dos resultados obtidos.

Foram então utilizados, como instrumentos de coleta de dados, apenas **entrevistas gravadas** (estruturadas ou não), **visitas a campo para observações pessoais**, ilustradas com fotografias, e a **consulta documental**, com vistas a obter-se um conjunto de informações que possibilitasse uma análise qualitativa da situação atual em comparação com aquela descrita nos estudos anteriores, sobretudo no que respeita aos conflitos socioambientais identificados na comunidade de Porto do Sauípe, sem dúvida a mais impactada pela implantação e operação do empreendimento.

Para a realização das **entrevistas**, considerando o pouco tempo de que se dispunha, foram selecionadas pessoas que preenchessem dois requisitos básicos:

a) Representatividade e nexos do cargo ocupado com as questões socioambientais em estudo;

b) Vivência prática dessas questões junto à população impactada.

Assim, foram escolhidos 03 representantes do poder público municipal, 02 da comunidade de Porto do Sauípe e 01 de um dos hotéis do Complexo (já que não foi possível agendar entrevista com nenhum dos gerentes do empreendimento).

Foram as seguintes as pessoas entrevistadas:

1) o Vice-Prefeito e também Secretário de Turismo e Meio Ambiente do Município de Entre Rios, Benjamim de Almeida Mendes; em 08/03; 2) o Presidente da Associação de Moradores de Porto do Sauípe, Josemi Alves Pereira, mais conhecido como Juca do Porto; 3) o Secretário do Planejamento e Meio Ambiente do Município de Mata de São João, Paulo Meireles; 4) a Coordenadora de Turismo da Secretaria de Cultura e Turismo do Município de Mata de São João, Estrela Veras Verçosa Silva; 5) Dona Lita (Sra. Joselita Alves Pereira), ex-presidente da Associação de Moradores de Porto do Sauípe e proprietária do “Restaurante da Lita”; e 6) a Gerente de Recursos Humanos do Hotel Breezes Costa do Sauípe, Karla Amaral.

Além desses, aproveitando o ensejo de uma apresentação da EMBASA na Associação de Moradores de Porto do Sauípe, acerca da Estação de Tratamento de Esgotos – ETE, que recebe os efluentes orgânicos do Complexo, e do Programa de Monitoramento do Rio Sauípe e do seu estuário, manteve-se contato, a título de entrevista não estruturada, com as técnicas Ana Paula Leal Meira, Gerente do Departamento de Ações Ambientais, e Acácia Carvalho, bióloga, alocada ao Programa de Monitoramento, encarregadas da apresentação. Nesse contato obtiveram-se importantes informações sobre o funcionamento e nível de eficiência do

tratamento da ETE, (que chega a 99%, segundo dados apresentados) e sobre a qualidade da água do Rio Sauípe e do seu estuário.

À guisa de roteiro para as entrevistas esboçou-se a ficha/resumo constante da próxima página, na qual foi lançada uma síntese dos impactos negativos e positivos apontados nas pesquisas anteriores, formulando-se, então, aos entrevistados perguntas que correspondiam, sequencialmente, a cada um dos impactos negativos e positivos mencionados pelos pesquisadores Andrade, em 2002, Couto, em 2003 e Santos Neto em 2003 (já que Oliveira, em 2004, apenas repetiu os mesmos impactos citados por Santos Neto).

Por meio dessas perguntas, pretendia-se colher a opinião de cada entrevistado acerca do estado atual desses impactos, sintetizada em três situações, ou seja:

I - Se permaneciam como estavam antes;

II - Se pioraram; ou

III - Se melhoraram.

Uma súmula dessas opiniões foi então lançada numa Tabela para cada entrevistado e o somatório delas condensado numa Tabela Síntese, como se verá adiante.

FICHA /RESUMO

PROBLEMAS SOCIOAMBIENTAIS IDENTIFICADOS NO COMPLEXO COSTA DO SAUÍPE

1 – PESQUISA COORDENADA POR ANDRADE. 2002.

1.1. Impactos negativos

1.1.1. Não construção do emissário submarino para descarte dos efluentes líquidos.

1.1.2. Restrição ao acesso das comunidades tradicionais de Porto do Sauípe às praias e aos manguezais da Barra do Sauípe.

1.1.3. Limitação do acesso das populações tradicionais às reservas naturais de Mata Atlântica para extração de palha de piaçava (artesanato).

2 - PESQUISA REALIZADA POR COUTO. 2003.

2.1. Impactos negativos

2.1.1. Elevado processo migratório para Praia do Forte e Porto do Sauípe.

2.1.2. Elevação dos preços do comércio de Praia do Forte (aumento de visitantes).

2.1.3. Envolvimento sexual de jovens com turistas. Prostituição em Porto do Sauípe.

2.1.4. Consumo e tráfico de drogas em Vila Sauípe, Praia do Forte e Porto do Sauípe.

2.1.5. Poluição do Rio Sauípe, degradação de manguezais e contaminação hídrica.

2.2 Impactos positivos

2.2.1. Disseminação das informações de saúde obtidas nos cursos de hotelaria.

2.2.2. O despertar do interesse em retomar os estudos.

2.2.3. Valorização do artesanato local, criação de associações e cooperativas, água e energia em Vila Santo Antônio e Vila Sauípe.

3 – PESQUISA REALIZADA POR SANTOS NETO.2003.

3.1. Impactos negativos

3.1.1. Aumento populacional desordenado e sem ocupação definida.

3.1.2. Evasão de pescadores para o segmento de serviços.

3.1.3. Inflação no preço de pescado e mariscos (maior procura).

3.1.4. Aumento da prostituição.

3.1.5. Não conclusão do sistema de água e saneamento básico pela Embasa.

3.1.6. Nenhuma política de educação ambiental.

3.2. Impactos Positivos

3.2.1. Estímulo à atividade comercial.

3.2.2. Aumento de mercado consumidor de pescados e mariscos.

3.2.3. Cursos de capacitação profissional para turismo.

3.2.4. Coleta regular do lixo doméstico.

3.2.5. Coleta de esgotos em implantação.

3.2.6. Melhora no serviço de distribuição de água.

4 – PESQUISA REALIZADA POR OLIVEIRA. 2004.

4.1. Impactos negativos: os mesmos mencionados por Santos Neto em 2003.

4.2. Impactos positivos: também os mesmos citados por Santos Neto em 2003.

Para as **observações pessoais**, documentadas fotograficamente, foram realizadas visitas às localidades Porto do Sauípe e Praia do Forte e ao Complexo Porto do Sauípe. Com relação a este, aliás, cumpre registrar que a gerência do empreendimento, alegando tratar-se de período de balanço anual, não viabilizou visita para entrevista, limitando-se a transmitir, através da sua consultoria de marketing, algumas informações sucintas, em resposta ao e-mail que lhe foi enviado. A visita acabou sendo feita, porém na qualidade de hóspede, mediante o pagamento da taxa do “day use” correspondente. Detalhes desta visita serão informados mais adiante.

Para a **consulta documental**, foi utilizado material disponível nos diversos estudos realizados, publicações de organizações não governamentais atuantes na área da Costa dos Coqueiros, relatórios específicos de órgãos oficiais de turismo nacionais, estaduais e municipais, dentre os quais o próprio EIA-RIMA elaborado pela Empresa de Consultoria e Planejamento Ambiental – ECOPLAM, contratada pelo Centro de Recursos Ambientais – CRA, do Governo do Estado.

6. RESULTADOS

Em função das considerações anteriores, a seguir serão apresentados os resultados obtidos a partir da aplicação de cada um dos instrumentos indicados no Capítulo 5.

6.1. Caracterização sócio-histórica e geográfica da região

Desde o início da colonização, o trecho compreendido entre o Litoral Norte da Bahia até o Maranhão compunha uma grande sesmária recebida por Garcia D’Ávila, cuja sede fortificada em pedra e preservada pelo Governo do Estado é hoje conhecida como Castelo da Torre, na Praia do Forte, e pode ser considerada como o vetor da ocupação da área nos séculos XVI e XVII. Até o início do século XX este segmento possuía uma ocupação baseada em grandes latifúndios, habitados esparsamente por comunidades autônomas, vivendo de economias incipientes, como pesca artesanal e extrativismo. Aí se estabeleceram as primeiras vilas de pescadores, dando origem, a localidades como Barra do Pojuca, Imbassaí, Porto do Sauípe, Subaúma e Mangue Seco

Este panorama se manteve até a década de 1970, quando então passou a haver uma destinação distinta para duas regiões: o território correspondente ao município de Camaçari, face à sua proximidade com a Capital, passou a ser palco de investimentos industriais, com a implantação da Tibrás e do Pólo Petroquímico de Camaçari; e a região ao norte de Arembépe até Mangue Seco, começou a atrair investimentos turísticos.

Na década de 1970 o Estado da Bahia realizou estudos visando ao avanço do turismo na região. Com o apoio da Sudene, o potencial turístico limitou-se ao turismo de veraneio e de excursões rápidas. Nessa época, até meados da década de 80, grandes trechos do litoral foram loteados, particularmente em Guarajuba, Jacuípe, Imbassaí, Porto do Sauípe e Subaúma, movimento que atingiu sobretudo a faixa mais próxima do litoral, ficando as comunidades hoje situadas a oeste da Linha Verde, tais como Monte Gordo, Barro Branco, Pau Grande, Malhadas, Areal, Vila Sauípe, Sítio Grande, Palame, Abadia, entre outras, de certa forma excluídas desse processo.

A partir da década de 1990, como consequência da construção da Linha Verde (BA-099), loteamentos abandonados começaram a ser foco de interesse imobiliário e a ocupação urbana, antes voltada apenas para a construção de casas de veraneio, se intensificou. Mais recentemente, grandes projetos turísticos passaram a ser implantados.

A região experimentou então significativas alterações nos níveis ambiental, econômico e social, o que afetou o seu entorno imediato, causando também impactos nas localidades vizinhas de menor porte. A população nativa, originalmente voltada para o extrativismo e a agricultura de sobrevivência, passou a se ocupar, de forma não regulamentada, de atividades relativas à nova vertente econômica, tornando-se pedreiros, pintores, caseiros, empregados domésticos, barraqueiros, garçons, etc. Este processo, aliado à intensa especulação imobiliária e ao crescimento desordenado subsequente, culmina com a geração de impactos ambientais danosos, relacionados com a retirada de cobertura vegetal, ocupação de áreas de preservação permanente, extinção da fauna local, contaminação hídrica e subterrânea, pesca predatória, dentre outros.

A partir da segunda metade da década de 1990 até 2002, ações importantes previstas no Programa de Desenvolvimento Turístico da Bahia – Prodetur-Ba, visando à consolidação do turismo “*como atividade promotora de eficiência econômica, a equidade social e o respeito ao meio ambiente*” (SETUR/BA, 2005), passaram a integrar a Estratégia Turística do Estado 2003-2020 denominada “Século XXI: Consolidação do Turismo”. Essa estratégia vai então nortear as intervenções e respectivos investimentos do Estado e da iniciativa privada nas áreas de interesse turístico, dentre elas a Costa dos Coqueiros. A previsão total dos investimentos públicos e privados nessa região, no horizonte do Programa, atinge o montante de US\$3,07 bilhões, aí incluídos os empreendimentos concluídos, em execução e em projeto (Fonte: SUINVEST, 2005) Em função disso grandes conglomerados turísticos do ramo hoteleiro, com o incentivo também do PRODETUR-NE, passaram a se instalar na região. Pioneiros

neste processo foram o Praia do Forte Eco Resort e o Complexo Costa de Sauípe. Atualmente estão em processo de implantação ou de licenciamento ambiental os seguintes projetos: Bahia Plaza Hotel Porto Busca Vida (Camaçari) – licenciado; Ibero Star Bahia – Praia do Forte (Mata de São João) – licenciado; Vila Galé Marés – Praia de Guarajuba (Camaçari) – licenciado; Reserva Imbassaí – Praia de Imbassaí (Mata de São João) – licenciado; Resort Hotel Tivoli – Genipabu (Camaçari) – licenciado; Oríssio Norte – Praia de Imbassaí (Mata de São João) – em licenciamento; Planeta Água – Praia de Jacuípe (Camaçari) – licenciado; Sauípe Empreendimentos – Praia de Sauípe (Mata de São João) – em licenciamento; e Costa Azul Golf Resort – Jandaira – em licenciamento.

O Reserva Imbassaí, do Grupo Português Reta Atlântico, com investimento de R\$ 220 milhões, está sendo construído em três etapas: a primeira, já vencida, de janeiro/2005 ao final de 2006, contemplando um hotel (300 apartamentos), condomínios residenciais (178 unidades), área comercial e de eventos culturais e centro náutico. A segunda etapa incluirá um segundo hotel (240 apartamentos), mais 160 unidades de condomínios residenciais e trilha ecológica. Para a terceira etapa estão previstos mais um hotel, novos condomínios residenciais e o centro equestre. O prazo total para a conclusão de todo o projeto é de oito anos, com estimativa de geração de 660 empregos diretos na fase de implantação e cerca de 1.600 na ocupação plena.

Outro empreendimento a ser implantado na região de Imbassaí é o do grupo italiano Oríssio, constituído de dois projetos: um ao norte da localidade de Imbassaí, abrangendo uma área de 220 hectares e outro vizinho à própria vila. No primeiro, numa extensão de dois quilômetros de praia, estão previstos dois hotéis, cinco pousadas de charme, academia de esportes, vila comercial e de serviços e setor imobiliário abrigando loteamento e condomínio de casas de padrão médio-alto, além de nove ranchos.

A implantação e operação desses projetos e de outros que certamente virão, sinalizam para cenários preocupantes, que vão exigir cuidadosas ações de planejamento por parte do poder público, no sentido de evitar um crescente processo de degradação ambiental, que põe em risco a qualidade de vida das populações residentes e altera fortemente os ecossistemas locais (UFC – Engenharia Ltda. 2008).

A seguir, são mostradas figuras que evidenciam o desenvolvimento da região nas últimas décadas, o zoneamento econômico ecológico das APAS, as restrições ambientais e a localização e acesso dos municípios do Litoral Norte. As fig. 02 e 03 indicam a evolução do Vetor Norte nos anos 1970 a 1990 e 1990 a 2000.

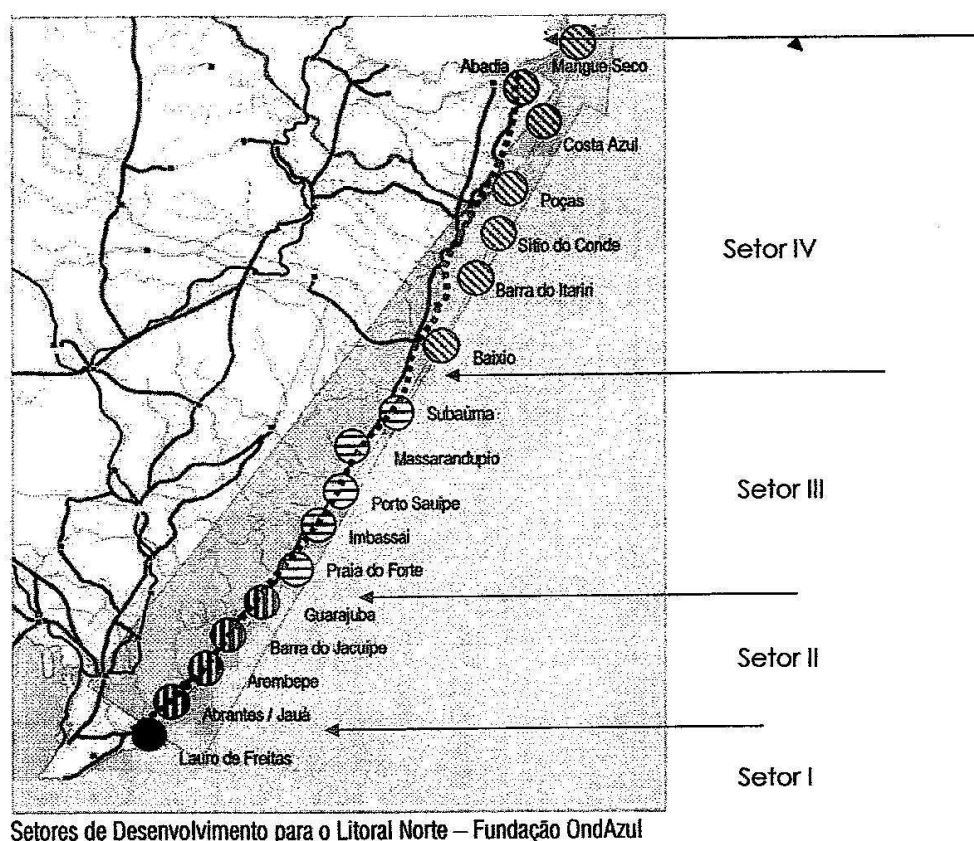


Evolução do Vektor Norte 1970 a 1990 (fonte: fundação OndAzul)



Evolução do Vektor Norte 1990 a 2000 (Fonte: fundação OndAzul)

Figuras 02 e 03 – Vetores Econômicos



Setores de desenvolvimento do Litoral Norte da Bahia

Setor	Definição	Caracterização
SETOR I	área integrada à mancha urbana de Salvador	Elevadas densidades populacionais, ambientes naturais irreversivelmente alterados e com qualidade comprometida
SETOR II	área de expansão urbana de Salvador para residência fixa e segunda moradia	Ambientes naturais fortemente pressionados, com proliferação de loteamentos em dunas e áreas úmidas, com comprometimento de recursos hídricos superficiais e subterrâneos.
SETOR III	Área turística diversificada (turismo espontâneo + turismo internacional de massa)	Áreas em processo de crescimento urbano, com ambientes naturais em processo inicial de degradação em função de atividades turísticas espontâneas induzidas por Salvador e projetos turísticos internacionais.
SETOR IV	área rural com turismo incipiente	Áreas nitidamente rurais, com maior parte dos povoados em estágio inicial de crescimento e ambiente em elevado grau de conservação.

Fonte: adaptado de Fundação OndAzul

Figura 04 – Setores de Desenvolvimento

Como se observa, nos anos 70 a 90 (Figura 02), o único empreendimento de grande porte na região era o Pólo Petroquímico de Camaçari. Já no período seguinte (Figura 03), verifica-se a presença de pelo menos mais três importantes empreendimentos: o Complexo Automotivo da Ford, a Planta de Fertilizantes da Monsanto e o próprio Complexo Costa do Sauípe.

Na Figura 04 acima, indicam-se quatro Setores de Desenvolvimento ao longo do Litoral Norte, com as suas respectivas definições e caracterizações socioeconômicas e ambientais.

Na Figura 05 tem-se uma visão do zoneamento econômico-ecológico das diversas Áreas de Proteção Ambiental – APAS do Litoral Norte, dos limites de cada uma delas e indicação da sua respectiva vocação sócioeconômica.

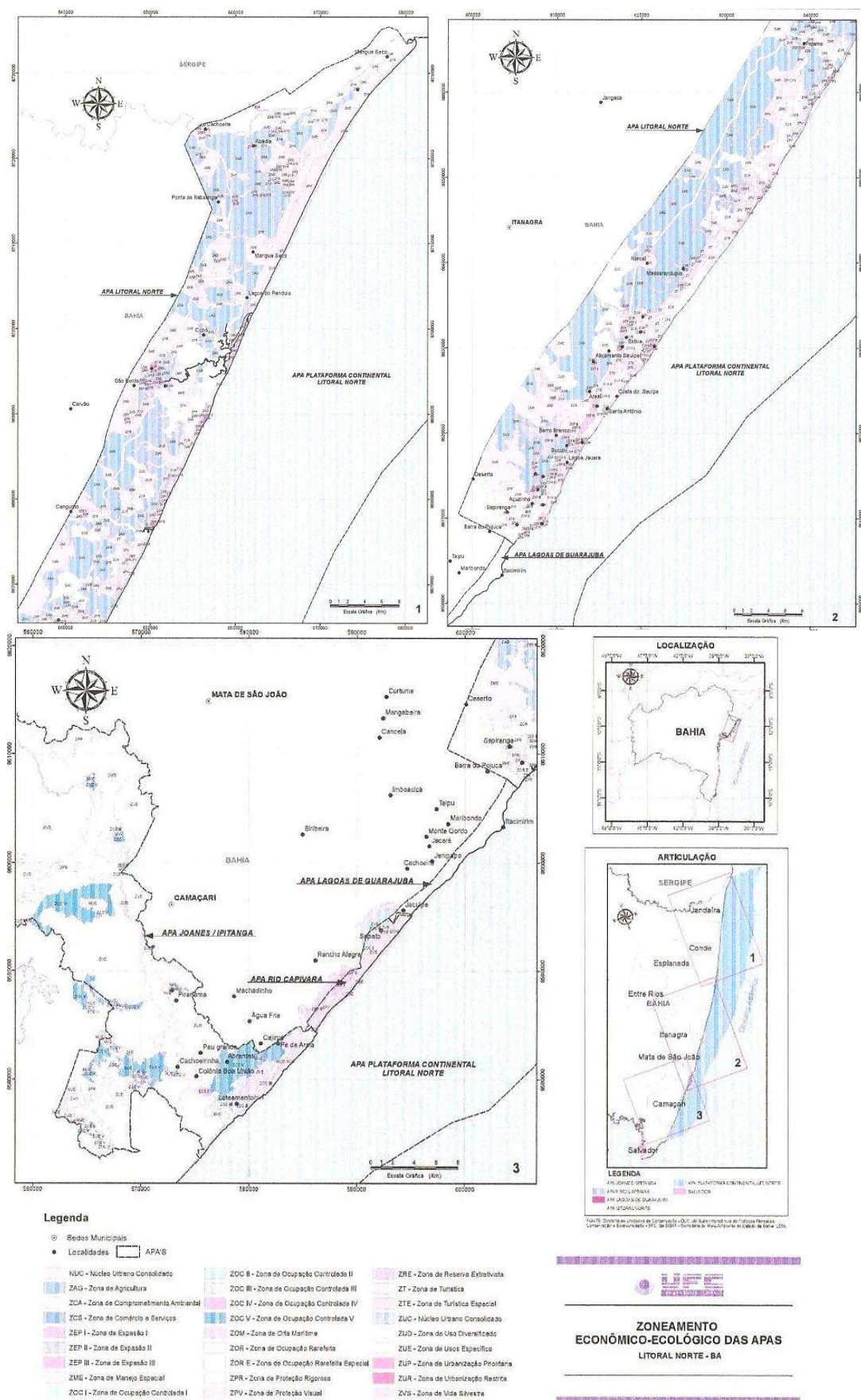


Figura 05 – Zoneamento Ecológico das APAS

Na Figura 06 abaixo encontram-se lançadas em cores diversas as principais restrições ambientais existentes na região constantes de áreas de preservação permanente, tais como, dunas, manguezais, lagoas, estuários, etc.

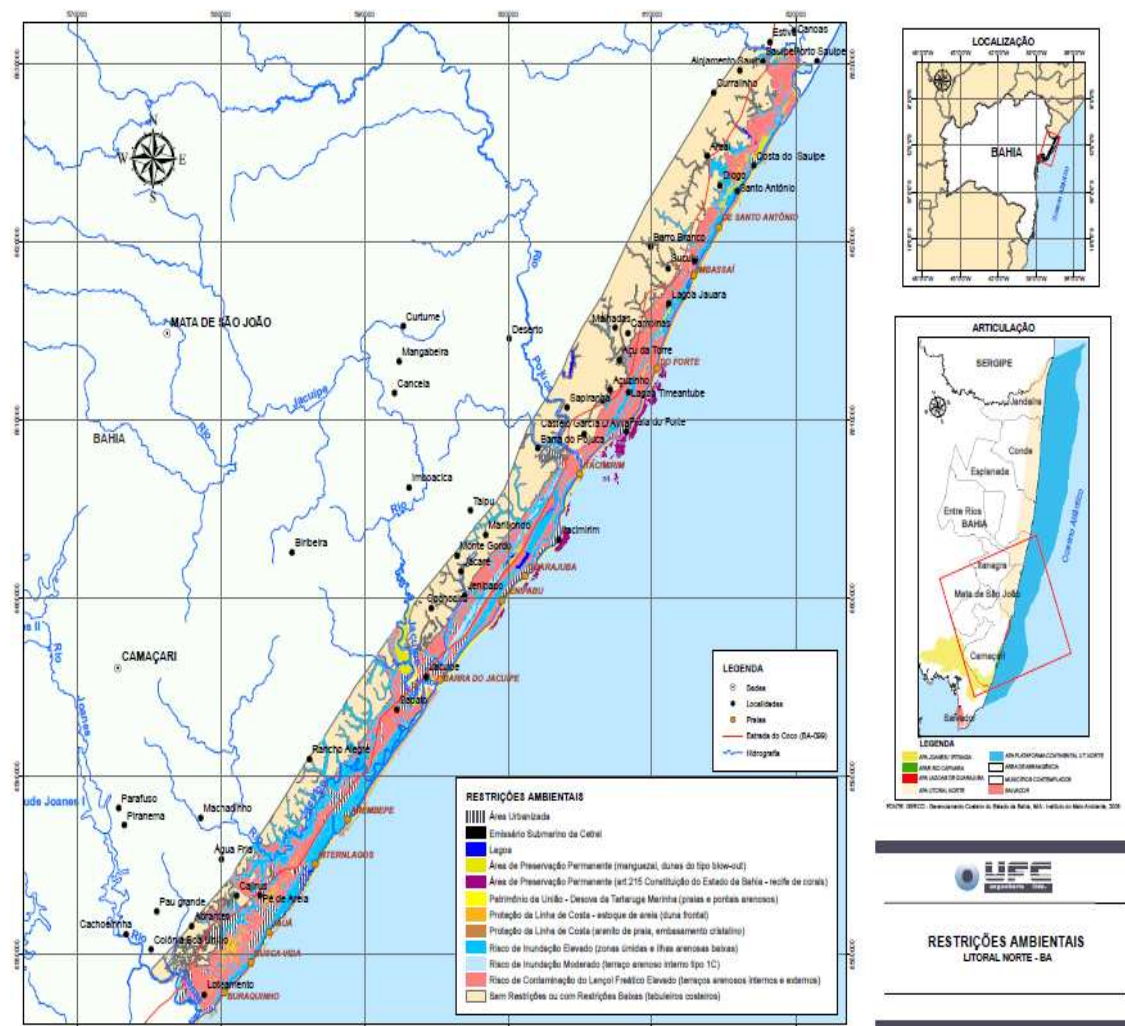


Figura 06 – Restrições Ambientais (Fonte: UFC Engenharia Ltda.)

Por último, a próxima Figura, de nº 07 (Fonte: UFC Engenharia Ltda.), dá uma idéia do acesso a toda a região do Litoral Norte, com indicação do traçado da Rodovia BA 099, a chamada Linha Verde, que se estende, a partir da sua conexão com a Estrada do Coco, na altura de Praia do Forte, até à divisa com Sergipe.

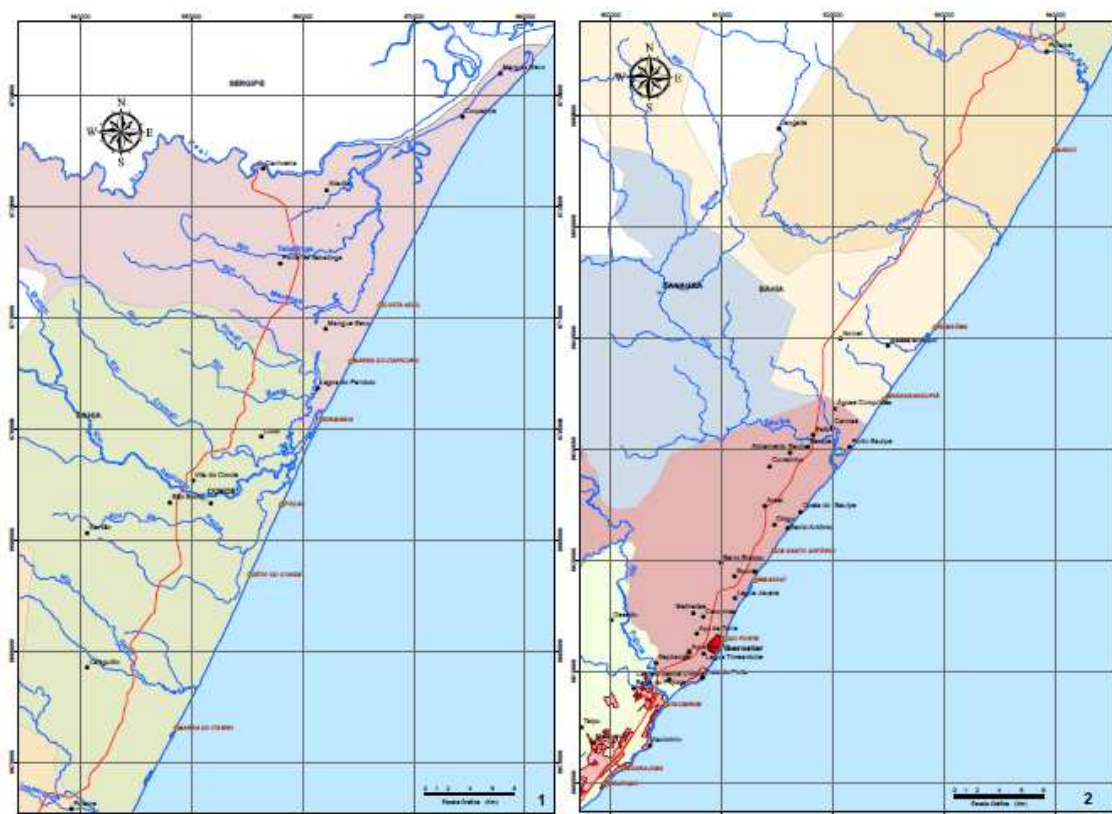


Figura 07- Acessos



6.2. O empreendimento Complexo Costa do Sauípe

Neste cenário histórico e geográfico, descrito em 6.1., é que foi inaugurado em 2000, o Complexo Costa do Sauípe, em seu estágio atual, compreendendo cinco hotéis de lazer e eventos, de padrão cinco estrelas, e seis pousadas de charme, com temática baiana, além de equipamentos de apoio, como sejam: campo de golfe, hipismo e academia de esportes, nos moldes de empreendimentos similares em todo o mundo.

A construção foi executada pela empresa Norberto Odebrecht e da engenharia financeira do empreendimento participa preponderantemente a Previ – Caixa de Previdência do Banco do Brasil (96,7%), ficando a Odebrecht S.A. com os restantes 3,3%.

O projeto arquitetônico e urbanístico foi desenvolvido por AFA – André Sá e Francisco Mota Arquitetos.

Costa do Sauípe Resorts

Administrados por redes hoteleiras internacionais, os cinco resorts de Costa do Sauípe foram planejados para uma clientela em turismo de lazer e eventos e são os seguintes:

- Renaissance Costa do Sauípe Resort, com 237 apartamentos;
- SuperClubs Breezes Costa do Sauípe, resort “super inclusive”, com 324 unidades;
- Sofitel Conventions & Resort Costa do Sauípe, com 392 unidades e 2.000m² para eventos;
- Sofitel Suítes Costa do Sauípe, com 198 unidades;
- Costa do Sauípe Marriot Resort & Spa, com 256 apartamentos.

Além destes, há seis pousadas e a Vila da Praia, que reproduz o modelo característico das pequenas cidades do interior da Bahia, com lojas de artesanato, bares, restaurantes, banco, agências de turismo e ecoturismo, campo de golfe de 18 buracos e centros equestre, esportivo e ecumênico.

Alternando bons e maus resultados em termos operacionais, o empreendimento tem-se sustentado graças a uma forte estratégia de marketing e à promoção de eventos culturais e esportivos (particularmente torneios de tênis) e shows de artistas e grupos nacionais e internacionais (JACOB, 2004).

De tudo o quanto exposto acima, cumpre destacar que o estabelecimento nesta região de um empreendimento turístico/hoteleiro do porte do Complexo Costa do Sauípe, além de

inúmeros outros que ali se estão instalando, deve-se, basicamente, a dois fatores principais: a) a vocação natural deste segmento costeiro para o turismo contemplativo e de paisagem, graças à beleza dos seus sítios naturais, cujo solo, por sua vez, de formação predominantemente arenosa, não se presta a outro uso agrícola que não aquele do reflorestamento; e b) as iniciativas governamentais de implantar uma estrada como a Linha Verde, sem dúvida um fortíssimo fator indutor de desenvolvimento, e de buscar preservar a região mediante a criação de algumas áreas de proteção ambiental (APAS), dentre as quais a mais importante é exatamente a APA Litoral Norte, conforme descrita no Capítulo 2.

6.3. Das entrevistas

As entrevistas foram conduzidas, conforme informado no Capítulo 5, utilizando-se a **ficha/resumo** indicada na p. 25, onde, como foi dito, estão listados, de forma resumida, os impactos negativos e positivos identificados pelas pesquisas anteriores.

A seguir, destacam-se, então, os achados mais importantes de cada entrevista realizada.

6.3.1. Entrevista com o Vice-Prefeito e Secretário de Turismo e Meio Ambiente do município de Entre Rios, Benjamim de Almeida Mendes (Entrevistado A):

- Quanto ao problema da poluição do sistema hídrico da região, decorrente em grande parte da não execução do emissário submarino, considera ser um impacto negativo que tende a agravar-se por entender que a solução dada na ETE por meio de lagoas de estabilização não soluciona o problema:

“As lagoas de estabilização têm problemas sérios de contaminação. Ali você encontra o lençol freático a que profundidade? Quase aflorando. Na verdade, o que existe é o contato direto dos resíduos líquidos com o lençol freático. A questão do emissário submarino continua emergencial”.

- Considera que a restrição ao acesso direto dos nativos à praia e aos manguezais existe, ainda que de forma não ostensiva. Os caminhos naturais que conduziam à praia foram desfeitos pelas obras de terraplenagem dos diversos equipamentos do Complexo, de modo que, embora nada impeça que os nativos transitem na faixa litorânea em frente ao

Complexo, para fazê-lo terão agora que empreender longas caminhadas pela praia, o que, na prática, corresponde a uma restrição.

- Tem conhecimento de que a limitação do acesso às reservas de piaçava para uso artesanal foi sanada:

“ Acordou-se com as reflorestadoras a preservação de áreas específicas para o extrativismo da piaçava. Então isso foi garantido, inclusive como áreas que não podem ser vendidas nem doadas. Hoje os artesãos estão todos organizados numa cooperativa sediada em Porto do Sauípe”.

- Confirma que o acentuado processo migratório da época da construção continua existindo, ainda que em menor escala, e tem contribuído, sim, para o envolvimento sexual dos jovens com turistas e operários, para a prostituição e para o consumo e tráfico de drogas, particularmente em Praia do Forte e Porto do Sauípe.
- Confirma também o acentuado processo de degradação dos manguezais, decorrente do seu constante aterramento para construções sem condições sanitárias. E menciona a existência de 32 pontos de lançamento de esgotos e cerca 329 imóveis construídos irregularmente no mangue.
- Consequentemente acha que a Embasa também contribui para isso, ao não acelerar a ampliação dos sistemas de abastecimento de água e de coleta dos esgotos.
- A inflação nos preços do pescado e de mariscos, entende como sendo consequência natural de todas as circunstâncias anteriores.
- No que se refere aos impactos positivos, reconhece como válidas as iniciativas de cunho social do Complexo, através do Projeto Berimbau, mas acha que em alguns casos foram providências unilaterais, sem a participação da comunidade no seu planejamento e implantação. Cita como exemplos o caso da cooperativa de pesca, cuja criação foi quase que imposta à comunidade e a definição de uma nova área para o cemitério que acabou por ser veementemente rejeitada pelos moradores. De qualquer forma, entende que não deixou de ter havido algum incentivo à população para o associativismo e cooperativismo.

Na tabela abaixo, um resumo da entrevista do secretário Benjamim:

ENTREVISTADO A

IMPACTOS NEGATIVOS		PERMANECE	PIOROU	MELHOROU
1	Não construção do emissário submarino para descarte dos efluentes líquidos.		X	
2	Restrição ao acesso das comunidades tradicionais de Porto Sauípe às praias e aos manguezais da Barra do Sauípe.	X		
3	Limitação do acesso das populações tradicionais às reservas naturais de Mata Atlântica para extração de palha de piaçava (artesanato)			X
4	Elevado processo migratório para P.do Forte e P.Sauípe.	X		
5	Elevação dos preços do comércio de P. do Forte (aumento de visitantes).		X	
6	Envolvimento sexual de jovens c/ turistas. Prostituição em P. Sauípe.		X	
7	Consumo e tráfico de drogas em V. Sauípe, P. do Forte e P. Sauípe.		X	
8	Poluição do Rio Sauípe, degradação de manguezais e contaminação hídrica.		X	
9	Evasão de pescadores para o segmento de serviços.		X	
10	Não conclusão do sistema de água e saneamento básico pela Embasa.		X	
11	Nenhuma política de educação ambiental	X		

IMPACTOS POSITIVOS		PERMANECE	PIOROU	MELHOROU
1	Disseminação das informações de saúde obtidas nos cursos de hotelaria.	X		
2	O despertar do interesse em retomar os estudos (Escola de Produção, Projeto Meninos do Porto, Programas de Ensino Supletivo).			X
3	Valorização do artesanato local, criação de associações e cooperativas, água e energia em Vila Santo Antônio e Vila Sauípe.			X
4	Estímulo à atividade comercial.	X		
5	Aumento de mercado consumidor de pescados e mariscos.	X		
6	Cursos de capacitação profissional p/ turismo.	X		
7	Coleta regular do lixo doméstico.		X	
8	Coleta de esgotos em implantação.		X	
9	Melhora no serviço de distribuição de água	X		

6.3.2. Entrevista com Juca do Porto, Presidente da Associação de Moradores de Porto do Sauípe (Entrevistado B):

- Considera que o emissário é a solução ideal para descarte dos efluentes líquidos gerados na região e, portanto, a sua não execução traz impacto negativo, visto que a solução paliativa adotada continua lançando esses efluentes no Rio Sauípe, ainda que tratados nas chamadas lagoas de estabilização:

“Olha, nós gostaríamos de ter o emissário submarino, embora eles justifiquem dizendo que não existe uma vazão que justifique o emissário. Entretanto o emissário evitaria de jogar a água, mesmo tratada e retirados os resíduos sólidos, dentro do rio(...) que o nosso rio não era poluído nessa faixa(...) mas nós gostaríamos de ter esse tratamento jogado no mar.”

- Entende que, pela parte de Porto do Sauípe, não há restrições ao acesso à praia. A restrição existe a partir da margem direita do Rio Sauípe, no sentido sul, que corresponde exatamente à área ocupada pelo Complexo.
- Confirma o processo altamente predatório da ocupação desordenada, sobretudo em Porto do Sauípe, onde cerca de 10.000 pessoas que não conseguiram se empregar nas obras do Complexo por lá permaneceram, gerando toda a sorte de problemas socioambientais, dentre os quais inflação de preços do mercado, marginalidade, prostituição, drogas, etc.

- Está convencido de que a evasão de pescadores para outras atividades decorreu, em grande parte, de uma ação repressora da Capitania dos Portos que está a exigir que os seus barcos sejam equipados com instrumentos sofisticados de custo elevado, inteiramente fora do poder aquisitivo deles, além de exigir-lhes uma qualificação técnica que não possuem.

- Quanto aos impactos positivos reconhece ter havido alguns, mas atribui ao Complexo muito pouca responsabilidade nisto, particularmente na área educacional, onde o eventual progresso alcançado se deveu muito mais a convênios com SESC/SENAI, Prefeituras, Governo Estadual e Governo Federal.

- Reconhece que houve algum incentivo ao associativismo e cooperativismo, porém de uma forma impositiva, nem sempre com participação voluntária das comunidades.

- Faz críticas à qualidade do material utilizado pela Embasa na ampliação do sistema de abastecimento de água, em face das constantes interrupções do serviço para reparos de vazamentos na rede.

- Afirma que a coleta do lixo, que no início funcionava bem, perdeu qualidade. E assinala que o aterro sanitário, antes gerenciado pela CONDER e hoje terceirizado, vem operando mal e contribuindo, segundo informações de moradores, para a contaminação, pelo chorume, de pequenos mananciais vizinhos ao Rio Sauípe.

Na tabela a seguir, um resumo da entrevista de Juca do Porto:

ENTREVISTADO B

IMPACTOS NEGATIVOS		PERMANECE	PIOROU	MELHOROU
1	Não construção do emissário submarino para descarte dos efluentes líquidos.		X	
2	Restrição ao acesso das comunidades tradicionais de Porto Sauípe às praias e aos manguezais da Barra do Sauípe.	X		
3	Limitação do acesso das populações tradicionais às reservas naturais de Mata Atlântica para extração de palha de piaçava (artesanato)			X
4	Elevado processo migratório para P.do Forte e P.Sauípe.		X	
5	Elevação dos preços do comércio de P. do Forte (aumento de visitantes).		X	
6	Envolvimento sexual de jovens c/ turistas. Prostituição em P. Sauípe.		X	
7	Consumo e tráfico de drogas em V. Sauípe, P. do Forte e P. Sauípe.		X	
8	Poluição do Rio Sauípe, degradação de manguezais e contaminação hídrica.		X	
9	Evasão de pescadores para o segmento de serviços.		X	
10	Não conclusão do sistema de água e saneamento básico pela Embasa.		X	
11	Nenhuma política de educação ambiental	X		

IMPACTOS POSITIVOS		PERMANECE	PIOROU	MELHOROU
1	Disseminação das informações de saúde obtidas nos cursos de hotelaria.	X		
2	O despertar do interesse em retomar os estudos (Escola de Produção, Projeto Meninos do Porto, Programas de Ensino Supletivo).			X
3	Valorização do artesanato local, criação de associações e cooperativas, água e energia em Vila Santo Antônio e Vila Sauípe.	X		
4	Estímulo à atividade comercial.			X
5	Aumento de mercado consumidor de pescados e mariscos.		X	
6	Cursos de capacitação profissional p/ turismo.	X		
7	Coleta regular do lixo doméstico.		X	
8	Coleta de esgotos em implantação.		X	
9	Melhora no serviço de distribuição de água	X		

6.3.3. Entrevista com o Secretário Paulo Meireles, do Planejamento e Meio Ambiente, do Município de Mata de São João (Entrevistado C):

- Confirma que o impacto negativo decorrente da não execução do emissário submarino permanece e se agrava:

“Olha, tenho conhecimento que permanece essa mesma realidade. Não foi feito até hoje o emissário submarino e temos recebido de quando em vez reclamações de poluição no estuário do Rio Sauípe”. Já tivemos até audiência com o Ministério Público a respeito dessa realidade.”

- Com relação à restrição ao acesso da comunidade às praias, diz não ter tido conhecimento de queixas, mas, sim, com respeito ao acesso às reservas de piaçava na Mata Atlântica, cuja extração estaria sendo feita de forma predatória pelos artesãos. Sabe, contudo que o problema já estaria sendo resolvido.
- Acha que continua existindo o aumento da corrente migratória, mas já agora por causa dos outros empreendimentos que estão chegando e não mais por influência do Complexo Costa do Sauípe. Em consequência, problemas sociais de toda ordem: marginalidade, drogas, prostituição, escalada de aumento de preços de produtos e serviços, degradação dos manguezais com a construção desordenada de casas sem condições sanitárias, continuam a existir, com tendência a agravar-se.
- Reconhece impactos positivos em função do aumento da arrecadação, que possibilitou à Prefeitura investir na melhoria do atendimento à população nas áreas de saúde e educação, com o apoio, inclusive, de parcerias com os novos empreendimentos que

estão chegando ao município. Por sua vez, a própria população se despertou para cuidar da sua saúde buscando e requerendo da municipalidade o apoio necessário para tanto.

- Lembra que as iniciativas do Complexo na área social, através do Projeto Berimbau, se devem menos à boa vontade dos empreendedores do que à exigência dos condicionantes do EIA/RIMA para o licenciamento ambiental do empreendimento.
- Reconhece que houve valorização do artesanato local, com o aproveitamento da produção nas pousadas (mobiliário, objetos de decoração, etc.) e cessão de um espaço na Vila para a comercialização do produto
- Confirma que o sistema de distribuição de água já está sendo ampliado, assim como o sistema de esgotamento sanitário, este, porém, em ritmo muito lento.
- Não tem notícia de qualquer programa de educação ambiental, de iniciativa do Complexo.

Na tabela a seguir, resumo da entrevista do secretário Paulo Meireles:

ENTREVISTADO C

IMPACTOS NEGATIVOS		PERMANECE	PIOROU	MELHOROU
1	Não construção do emissário submarino para descarte dos efluentes líquidos.		X	
2	Restrição ao acesso das comunidades tradicionais de Porto Sauípe às praias e aos manguezais da Barra do Sauípe.	X		
3	Limitação do acesso das populações tradicionais às reservas naturais de Mata Atlântica para extração de palha de piaçava (artesanato)			X
4	Elevado processo migratório para P.do Forte e P.Sauípe.		X	
5	Elevação dos preços do comércio de P. do Forte (aumento de visitantes).		X	
6	Envolvimento sexual de jovens c/ turistas. Prostituição em P. Sauípe.		X	
7	Consumo e tráfico de drogas em V. Sauípe, P. do Forte e P. Sauípe.		X	
8	Poluição do Rio Sauípe, degradação de manguezais e contaminação hídrica.		X	
9	Evasão de pescadores para o segmento de serviços.		X	
10	Não conclusão do sistema de água e saneamento básico pela Embasa.		X	
11	Nenhuma política de educação ambiental	X		

IMPACTOS POSITIVOS		PERMANECE	PIOROU	MELHOROU
1	Disseminação das informações de saúde obtidas nos cursos de hotelaria.	X		
2	O despertar do interesse em retomar os estudos (Escola de Produção, Projeto Meninos do Porto, Programas de Ensino Supletivo).			X
3	Valorização do artesanato local, criação de associações e cooperativas, água e energia em Vila Santo Antônio e Vila Sauípe.	X		
4	Estímulo à atividade comercial.			X
5	Aumento de mercado consumidor de pescados e mariscos.		X	
6	Cursos de capacitação profissional p/ turismo.	X		
7	Coleta regular do lixo doméstico.		X	
8	Coleta de esgotos em implantação.		X	

6.3.4. Entrevista com D. Joselita Alves Pereira, D. Lita (Entrevistado D):

Acha que a implantação e operação do Complexo trouxe melhora e piora, ao mesmo tempo, para a qualidade de vida em Porto do Sauípe.

“De certa forma, veio melhora e piora juntas. As duas coisas juntas. Sempre onde está o progresso existe também os impactos. E nós tivemos muitos impactos com esse projeto. Por um lado foi bom para alguns e ruim para outros”.

- Antes mesmo da implantação do Complexo houve tentativas de restringir o acesso à praia e manguezais na margem esquerda do Rio Sauípe, por parte de um cidadão que adquiriu terras ali, mas, com a reação dos moradores, essa ameaça foi afastada. Acha, porém, que a partir da margem direita do Rio, onde se localiza o Complexo, tem havido certa dificuldade de acesso.
- A limitação do acesso dos artesãos às reservas de piaçava, sabe que foi contornada mediante a oferta de outras áreas, de uso permanente, para extração da palha utilizada na confecção do artesanato.
- Considera que, de fato, o fluxo migratório na época das obras, trouxe sérios problemas para Porto do Sauípe. Problemas que continuam a existir porque aqueles que vieram, e que não conseguiram se empregar na construção, não voltaram para as suas origens, mas permaneceram por lá, criando toda a sorte de problemas: vadiagem, marginalidade, envolvimento sexual com as meninas nativas, consumo e tráfico de drogas, invasão e degradação das áreas verdes e dos manguezais, prostituição, inflação dos preços do comércio local, etc.
- Reconhece ter havido impactos positivos na parte de geração de empregos, qualificação profissional, inclusão social, despertamento do interesse por estudos, valorização do artesanato, sistema de abastecimento de água e de esgotamento sanitário (embora já precisando com urgência de ampliação), coleta de lixo, etc. Com o apoio do Projeto Berimbau, o antigo Clube Social que estava em condições precárias, foi recuperado e hoje abriga a sede da Associação de Moradores.
- Acha que a não construção do emissário agrava a poluição do rio e dos manguezais, mas também os lançamentos de esgotos das invasões.

Na tabela a seguir, resumo da entrevista de D. Lita:

ENTREVISTADO D

IMPACTOS NEGATIVOS		PERMANECE	PIOROU	MELHOROU
1	Não construção do emissário submarino para descarte dos efluentes líquidos.		X	
2	Restrição ao acesso das comunidades tradicionais de Porto Sauípe às praias e aos manguezais da Barra do Sauípe.	X		
3	Limitação do acesso das populações tradicionais às reservas naturais de Mata Atlântica para extração de palha de piaçava (artesanato)			X
4	Elevado processo migratório para P.do Forte e P.Sauípe.		X	
5	Elevação dos preços do comércio de P. do Forte (aumento de visitantes).		X	
6	Envolvimento sexual de jovens c/ turistas. Prostituição em P. Sauípe.		X	
7	Consumo e tráfico de drogas em V. Sauípe, P. do Forte e P. Sauípe.		X	
8	Poluição do Rio Sauípe, degradação de manguezais e contaminação hídrica.		X	
9	Evasão de pescadores para o segmento de serviços.		X	
10	Não conclusão do sistema de água e saneamento básico pela Embasa.		X	
11	Nenhuma política de educação ambiental	X		

IMPACTOS POSITIVOS		PERMANECE	PIOROU	MELHOROU
1	Disseminação das informações de saúde obtidas nos cursos de hotelaria.			X
2	O despertar do interesse em retomar os estudos (Escola de Produção, Projeto Meninos do Porto, Programas de Ensino Supletivo).			X
3	Valorização do artesanato local, criação de associações e cooperativas, água e energia em Vila Santo Antônio e Vila Sauípe.			X
4	Estímulo à atividade comercial.			X
5	Aumento de mercado consumidor de pescados e mariscos.	X		
6	Cursos de capacitação profissional p/ turismo.			X
7	Coleta regular do lixo doméstico.	X		
8	Coleta de esgotos em implantação.			X
9	Melhora no serviço de distribuição de água	X		

6.3.5. Entrevista com Estrela Veras, Coordenadora de Turismo, da Secretaria de Cultura e Turismo do município de Mata de São João (Entrevistado E):

- Não sabe avaliar, porque não é da área, em que medida a não execução do emissário tem contribuído para a poluição hídrica na região.
- Sabe que no início houve restrições ao acesso às praias e manguezais na margem direita do Rio, mas que, hoje, melhorou.
- Quanto à limitação de acesso às reservas de piaçava, tem conhecimento de que, através de uma estratégia de remanejamento, outras áreas foram providenciadas, contornando o problema.
- O aumento do fluxo migratório, mais sentido em Porto do Sauípe, pode ser notado, também, em Praia do Forte, com todos os inconvenientes que traz: marginalidade, drogas, prostituição, elevação de preços, etc.
- Confirma os impactos positivos, mas acha que boa parte deles se deve à ação das Prefeituras, nas áreas de saúde e educação, formação profissionalizante, etc.
- Salienta que, apesar de existir em Mata de São João uma Cooperativa de Agricultura, os hotéis do Complexo não se abastecem da produção agrícola local.
- O saneamento básico implantado funciona satisfatoriamente, mas necessita com urgência de ampliação para atender aos novos loteamentos e assentamentos que estão surgindo.
- A coleta do lixo atende à sede, Vila Sauípe, Praia do Forte, Imbassaí, e utiliza o aterro sanitário de Camaçari.

Na tabela a seguir, resumo da entrevista de Estrela Veras:

ENTREVISTADO E

IMPACTOS NEGATIVOS		PERMANECE	PIOROU	MELHOROU
1	Não construção do emissário submarino para descarte dos efluentes líquidos.	---	---	---
2	Restrição ao acesso das comunidades tradicionais de Porto Sauípe às praias e aos manguezais da Barra do Sauípe.			X
3	Limitação do acesso das populações tradicionais às reservas naturais de Mata Atlântica para extração de palha de piaçava (artesanato)			X
4	Elevado processo migratório para P.do Forte e P.Sauípe.		X	
5	Elevação dos preços do comércio de P. do Forte (aumento de visitantes).		X	
6	Envolvimento sexual de jovens c/ turistas. Prostituição em P. Sauípe.		X	
7	Consumo e tráfico de drogas em V. Sauípe, P. do Forte e P. Sauípe.		X	
8	Poluição do Rio Sauípe, degradação de manguezais e contaminação hídrica.		X	
9	Evasão de pescadores para o segmento de serviços.	---	---	---
10	Não conclusão do sistema de água e saneamento básico pela Embasa.	X		
11	Nenhuma política de educação ambiental	X		

IMPACTOS POSITIVOS		PERMANECE	PIOROU	MELHOROU
1	Disseminação das informações de saúde obtidas nos cursos de hotelaria.	X		
2	O despertar do interesse em retomar os estudos (Escola de Produção, Projeto Meninos do Porto, Programas de Ensino Supletivo).			X
3	Valorização do artesanato local, criação de associações e cooperativas, água e energia em Vila Santo Antônio e Vila Sauípe.			X
4	Estímulo à atividade comercial.			X
5	Aumento de mercado consumidor de pescados e mariscos.	X		
6	Cursos de capacitação profissional p/ turismo.	X		
7	Coleta regular do lixo doméstico.			X
8	Coleta de esgotos em implantação.		X	
9	Melhora no serviço de distribuição de água	X		

3.1.6. Entrevista não estruturada com Karla Jussara, Gerente da Carteira de Treinamento e Desenvolvimento, do Departamento de Recursos Humanos do Hotel Breezes Costa do Sauípe:

- Afirma ser filosofia do hotel, desde a sua inauguração, a inclusão social mediante o aproveitamento de pessoal local em diversas funções básicas, como sejam: porteiros, serventes, mensageiros, camareiras, agentes de segurança de alimentos (recebimento e triagem), garçons, barmen, etc.
- O hotel promove cursos diversos de treinamento para os colaboradores, com certificação anual.
- Atualmente, cerca de 64% dos empregados do hotel são oriundos das comunidades vizinhas e a experiência com essa mão de obra, segundo ela, tem sido altamente satisfatória e única entre os demais hotéis do Complexo.
- O Programa Hospitalidade Amiga, de iniciativa do próprio hotel, entre outras ações promove o chamado “Super Day Família” em que os colaboradores trazem as suas famílias para passar o dia no hotel participando de palestras educativas e desfrutando de momentos de lazer nas piscinas, salões de jogos, etc.
- O hotel dispõe de um grupo de jovens atores que frequentemente vão às comunidades, nos seus dias especiais de celebração festiva, para apresentações de teatro lúdico.

As “Tabelas de Entrevistados”, apresentadas após cada entrevista, foram o recurso gráfico imaginado para resumir o conjunto de opiniões emitidas e facilitar, visualmente, a sua avaliação final. Nessas Tabelas, onde, como se observa, consta uma súmula dos diversos impactos identificados nas pesquisas anteriores (sumarizados na **ficha-resumo** da p. 25), foi lançada a opinião de cada entrevistado sobre esses impactos, sintetizada em apenas três situações: 1) **permanece como estava**; 2) **piorou**, ou 3) **melhorou**. As opiniões extraídas das cinco Tabelas foram então condensadas numa “Tabela Síntese”, de que se vai tratar em seguida.

TABELA SÍNTESE

IMPACTOS NEGATIVOS		PERMANECE	PIOROU	MELHOROU
1	Não construção do emissário submarino para descarte dos efluentes líquidos		A B C D	
2	Restrição ao acesso das comunidades tradicionais de Porto Sauipe às praias e aos manguezais da Barra do Sauipe devido à apropriação privada dessa área de restinga pela empresa Sauipe Verde Turismo e Empreendimentos Ltda	A B D		C E
3	Limitação do acesso das populações tradicionais às reservas naturais de Mata Atlântica para extração de palha de piaçava (artesanato)			A B C D E
4	Elevado processo migratório para P. do Forte e P. Sauipe.	A C	B D E	
5	Elevação dos preços do comércio de P. do Forte (aumento de visitantes).		A B C D E	
6	Envolvimento sexual de jovens c/ turistas. Prostituição em P. Sauipe.		A B C D E	
7	Consumo e tráfico de drogas em V. Sauipe, P. do Forte e P. Sauipe.		A B C D E	
8	Poliuição do Rio Sauipe, degradação de manguezais e contaminação hídrica.		A B C D E	
9	Evasão de pescadores para o segmento de serviços	C	A B D	
10	Não conclusão do sistema de água e saneamento básico pela Embasa	E	A B C D	
11	Nenhuma política de educação ambiental	A B C D E		
IMPACTOS POSITIVOS		PERMANECE	PIOROU	MELHOROU
1	Disseminação das informações de saúde obtidas nos cursos de hotelaria.	A B E		C D
2	O despertar do interesse em retomar os estudos (Curso de Ensino Básico na Escola Estadual Alacir Coutinho, Escola de Produção, Projeto Meninos do Porto, Programas de Ensino Supletivo).			A B C D E
3	Valorização do artesanato local, criação de associações e cooperativas, água e energia em Vila Santo Antônio e Vila Sauipe	B		A C D E
4	Estímulo à atividade comercial.	A		B C D E
5	Aumento de mercado consumidor de pescados e mariscos.	A C D E	B	
6	Cursos de capacitação profissional p/ turismo.	A B C E		D
7	Coleta regular do lixo doméstico.	C D	A B	E
8	Coleta de esgotos em implantação.	C	A B E	D
9	Melhora no serviço de distribuição de água	A B C D E		

Nesta Tabela foram lançadas, nas colunas **PERMANECE**, **PIOROU** e **MELHOROU**, as opiniões dos entrevistados **A**, **B**, **C**, **D** e **E** (respectivamente Mendes, Pereira, Meireles, Lita e Silva) acerca de cada um dos impactos identificados pelos pesquisadores Andrade, Couto, Santos Neto e Oliveira. Apurados os resultados, constatou-se que apenas um dos impactos negativos, o do item 3 da tabela, relativo à limitação do acesso dos artesãos às reservas naturais de onde extraem a palha de piaçava para os seus trabalhos, foi avaliado pela unanimidade dos entrevistados como tendo melhorado. Todos os demais, à exceção do número 2 (restrições ao acesso às praias e manguezais) para o qual dois dos entrevistados atribuíram alguma melhora, obtiveram avaliação fortemente negativa, isto é, pioraram, sobretudo os itens 1, 5 a 8 e 10 (que tratam das questões mais cruciais do ponto de vista socioambiental) ou, no mínimo, permaneceram na mesma situação anterior (itens 4, 9, e 11).

Já no que se refere aos impactos positivos, apenas os itens 2 (despertar do interesse na retomada dos estudos), 3 (valorização do artesanato local, criação de cooperativas, etc.) e 4 (estímulo à atividade comercial) foram bem avaliados pelos entrevistados, com indicação de melhora. Os demais, foram considerados como tendo permanecido no estágio anterior ou

como tendo piorado, caso dos itens 5 (aumento do mercado consumidor de pescados e mariscos), 7 (coleta regular do lixo doméstico) e 8 (implantação de coleta de esgotos).

Como se verifica, em que pese o pouco tempo disponível para todas as etapas da pesquisa, no que tange às entrevistas entende-se que podem ser consideradas como significativamente elucidativas, em face, tanto da representatividade das pessoas entrevistadas e do seu envolvimento com os problemas pesquisados, como pela qualidade e fidedignidade das informações obtidas.

A lamentar apenas a impossibilidade de um contato pessoal com algum dirigente do Complexo, já que, das informações prestadas por e-mail (que serão visualizadas no APÊNDICE A), muito pouco se pode extrair de proveitoso, visto que se trata, como facilmente se depreende da sua leitura, de um documento de mero autoelogio, segundo o qual não há qualquer problema de natureza social ou ambiental gerado pela operação do empreendimento. Ainda assim, entende-se que cabem alguns comentários em torno do documento, a serem feitos mais adiante, na discussão dos aspectos relevantes da pesquisa

6.4. Das visitas e observações pessoais

Em paralelo com as entrevistas, foram feitas visitas a campo para checar as condições locais atuais, confrontando-as com as informações colhidas dos entrevistados. Foram visitadas as localidades de Praia do Forte (dias 17 e 20/03), Porto do Sauípe (dias 19, 20 e 24/03) e o Complexo Costa do Sauípe (dia 24/03).

Percorrendo as dependências externas do **Complexo** (cinco grandes hotéis e seis pousadas), a impressão que se teve, possivelmente por se tratar de um meio de semana de baixa estação, foi a de um deserto total, permitindo supor uma taxa de ocupação talvez abaixo de 10%. É o que se pode verificar, por exemplo, na figura a seguir de uma das principais unidades, o Sofitel Suítes Costa do Sauípe, onde não se vê qualquer sinal da presença de hóspedes.



Figura 08: Vista do Sofitel Suítes Costa do Sauípe

Nas visitas a **Praia do Forte**, constatou-se o que já é mais ou menos do conhecimento geral, ou seja, que se trata de uma localidade bem cuidada, com serviços básicos de boa qualidade e que, por conta de ações responsáveis do empreendedor privado que se instalou na região, anos atrás, manteve-se resguardada ambientalmente, inclusive por abrigar a sede regional do Projeto Tamar de preservação das tartarugas marinhas, e apesar do fluxo migratório, da prostituição e das drogas, que ali também ocorreram, ainda que em menor escala do que em Porto do Sauípe. Não fugiu, contudo, da especulação imobiliária que elevou absurdamente o preço dos imóveis. Consequentemente, o comércio local também se inflacionou, atraindo, inclusive, lojistas de grifes famosas que se instalaram ao longo da via principal, onde se encontram também charmosas lojinhas de confecções e artesanato, bares, lanchonetes e restaurantes de boa qualidade. Registre-se, por oportuno, que também ali se situa o Praia do Forte Eco Resort (hoje Tivoli), tido como o empreendimento hoteleiro de melhor postura socioambiental da região, e a Fundação Garcia D'Ávila,

entidade responsável pela preservação das ruínas do Castelo de mesmo nome. A figura abaixo documenta a importante presença do Projeto Tamar na localidade.



Figura 09: Acesso às instalações do Projeto Tamar em Praia do Forte

Nas visitas a **Porto do Sauípe**, evidenciou-se um quadro bem diferente. A pacata vila de pescadores, com não mais do que 2.000 habitantes, aí por volta de 1999, viu-se de repente transformada em dormitório para um enorme contingente de pessoas em busca de se empregar nas obras de implantação do Complexo. Obviamente, o pequeno número de pensões e pousadas não teria capacidade para acomodar a verdadeira horda que invadiu a pequena vila. As consequências disto não são muito difíceis de imaginar, principalmente quando se sabe que grande parte dessa gente, que não conseguiu empregar-se nas obras, não retornou às suas origens, mas permaneceu no povoado sem ocupação definida. De imediato, então, vieram a marginalidade e o aliciamento sexual das meninas do povoado. Logo surgiram as drogas e a prostituição. A natureza, de pronto, começou a ser agredida pelo aterramento dos manguezais para construção de barracos, os quais, sem qualquer condição

sanitária, passaram a lançar os seus esgotos a céu aberto e diretamente no mangue, comprometendo esse frágil ecossistema. Hoje, passados 10 anos, os problemas permanecem praticamente os mesmos, segundo depoimento unânime dos entrevistados e conforme se pode constatar nas figuras seguintes.



Figura 10: Um pouco de consciência ambiental

Esta faixa, afixada logo na entrada da Praia da Barra de Porto do Sauípe, denotava alguma consciência ambiental, logo desmentida, entretanto, na figura seguinte, pela presença de lixo na praia, bem próximo do belo estuário do Rio Sauípe.



Figura 11: Lixo na praia de Porto do Sauípe

Não adiantou muito a mensagem da foto anterior...

Outro problema denunciado nas entrevistas e confirmado nas visitas a campo é a degradação dos manguezais das margens do Rio Sauípe pelos lançamentos de esgotos provenientes das construções clandestinas sobre aterramentos do mangue e a poluição das praias pela instalação de barracas sem nenhuma condição sanitária.

Em pronunciamento, por ocasião da apresentação da EMBASA sobre a ETE, referida no Capítulo 5 (p. 23), o Secretário de Turismo e Meio Ambiente do Município de Entre Rios informou a existência de nada menos do que 329 dessas construções e de 32 lançamentos de esgotos a céu aberto ao longo do litoral.

As próximas figuras, onde se vê casas de até dois andares erguidas em aterro sobre o mangue e inúmeras barracas na praia de Porto do Sauípe, comprovam este fato, demonstrando, por outro lado, ausência de instrumentos reguladores e fiscalizadores capazes de coibir essa prática, a fim de preservar a integridade dos ecossistemas locais.



Figura 12: Casas (até de 02 andares) construídas em aterro sobre o manguezal



Figura 13: Toccas barracas sem nenhuma condição sanitária na praia da foz do Rio Sauípe

Como se viu, a campanha de visitas ao campo, apesar do seu número reduzido, foi extremamente proveitosa na medida em que funcionou, com o apoio do registro fotográfico, como uma espécie de “documento autenticado, com firma reconhecida”, que atestou com clareza tudo o que foi denunciado, em termos de impactos socioambientais, pelos pesquisadores anteriores e pelos entrevistados.

Em suma, de tudo o que já foi visto até aqui, pode-se inferir que a presença de empreendimentos de grande porte, se por um lado representa um importante fator de desenvolvimento para a região em que se situam, por outro lado pode acarretar recorrentes conflitos socioambientais que irão requerer das entidades e autoridades responsáveis, providências imediatas para a sua solução. Assim sendo, o estudo do presente caso deve também ser analisado sob o ponto de vista dos conflitos socioambientais existentes. Em razão disso é que foram consultados alguns documentos já produzidos e concernentes ao Complexo Costa do Sauípe, no intuito de confrontá-los com a situação atual deste empreendimento, conforme se verá a seguir.

6.5. Da consulta documental

Além dos trabalhos de pesquisa a que já se fez referência anteriormente, foram consultados relatórios de órgãos oficiais, publicações técnicas atinentes ao tema e, logicamente, o EIA/RIMA realizado pela Consultora ECOPLAM, contratada pelo Estado em 1997, do qual destacamos alguns prognósticos de grande relevância, a saber :

“O projeto estará sendo implantado em uma região onde os problemas sociais não diferem dos problemas nacionais, onde 24 milhões, dos 38 milhões de brasileiros que vivem no meio rural se abastecem em poços, rios, cacimbas, barreiras e/ou outras formas rudimentares de abastecimento de água. Desses, 14 milhões se utilizam de fossas, “casinhas” no fundo do quintal e outros a céu aberto. Também é elevado o percentual de analfabetos e outros, que só sabem assinar o nome nas seções eleitorais(...) Tal quadro é perfeitamente coerente com a realidade constatada nos povoados situados na área de influência direta e indireta do projeto”(EIA/RIMA, p. 60).

“A incapacidade do Poder Público Federal de dotar a região rural do país da infraestrutura necessária, se repete a nível Estadual/Municipal. A área de influência direta e indireta do projeto não possui os equipamentos necessários para atender as demandas sociais que giram em torno da saúde, habitação, saneamento básico, educação, transporte etc.” (EIA/RIMA, p.61).

“Antecedendo a chegada de turistas e visitantes acontecerá a chegada dos candidatos a operários. O recrutamento será realizado em princípio em Salvador e cidades circunvizinhas mediante anúncio público. A seleção e “fichamento” serão realizados no canteiro de obras. Este procedimento, temerário, de recrutamento e seleção produzirá efeito multiplicador negativo e em escala geométrica, pelo fato de proporcionar um vertiginoso super povoamento no entorno do canteiro de obras e na área como um todo.(...) Esta super população gerará demandas insuportáveis, particularmente quanto a infraestrutura, que o município não terá condições de atender” (EIA/RIMA, p. 63 e 64).

“A situação do sistema de saúde, assim como do sistema educacional, refletem o pouco interesse dedicado àquela comunidade. Inexistem médicos na região, no único Posto de Saúde na área da influência direta, o médico frequenta o estabelecimento apenas alguns dias na semana.(...) a grande maioria da população sequer foi alfabetizada, assim não dispõe de emprego fixo, ou carteira assinada, como forma de lhes assegurar acesso aos benefícios sociais(...) A população dispõe de um atendimento precário para as suas necessidades básicas de saúde e educação. A falta de empregos formais e o despreparo para o “progresso” que se aproxima, deixa a comunidade autóctone em situação delicada. A situação somente não se agrava devido ao reduzido contingente populacional e a abundância de recursos naturais” (EIA/RIMA, p. 85).

Mais adiante, às p. 94 e 95, o EIA/RIMA chama atenção para uma série de outros impactos resultantes do adensamento de pessoas no entorno da área do projeto, como sejam:

- *Invasão de áreas de proteção rigorosa com a finalidade de fixação de residência.*
- *Geração de conflitos entre os migrantes e a comunidade local;*
- *Rápido crescimento da marginalidade;*
- *Pressão sobre os recursos naturais – aumento da cata em áreas de mangue, acúmulo de lixo em áreas urbanas e de proteção rigorosa, aumento dos despejos de esgoto a céu aberto e nas áreas úmidas, rios e mar, intensificação de um processo de contaminação dos lençóis freáticos devido à instalação de fossas próximas aos poços, áreas úmidas ou de lençóis freáticos superficiais. Exploração predatória das florestas e animais silvestres;*
- *Intensificação do processo de degradação da saúde da população e aumento da demanda por serviços médicos;*
- *Aumento da demanda por serviços escolares;*
- *Aumento da demanda por energia elétrica e eventual aumento do número de ligações irregulares na rede de distribuição (“gatos”);*
- *Choque de culturas e alteração dos valores da população local;*
- *Crescimento das redes de prostituição já existentes na área;*
- *Comprometimento da qualidade da vida da população local;*

(EIA/RIMA, págs. 94 e 95)

Em virtude dessas previsões, o CEPRAM, ao conceder, em 19/01/2001, a licença de operação do Complexo, estabeleceu inúmeras condicionantes, duas das quais, as de nº XXXI e XXXII, relativas aos problemas de ordem social gerados pela mão de obra excedente, não aproveitada nas obras, a saber:

- XXXI – Apresentar propostas para a criação de projetos sociais mediante parceria com os órgãos públicos estadual e municipais para absorção do contingente de mão de obra excedente que ocorreu às localidades no entorno do canteiro de obras, atraída pelo empreendimento.nas

- XXXII – Propor, no prazo de 60 (sessenta) dias, alternativas para viabilizar o remanejamento dos operários do empreendimento, por ocasião da desmobilização do canteiro de obra.

Numa análise criteriosa dos prognósticos mais importantes do EIA/RIMA, ora descritos, acerca dos impactos socioambientais do Complexo Costa do Sauípe, cumpre assinalar que este documento identificou e “profetizou”, com bastante clareza, acuidade e riqueza de detalhes, todo o impacto socioambiental que a implantação do Complexo iria acarretar para a região. Foi, sobretudo, bastante preciso o EIA/RIMA na antevisão dos problemas que infalivelmente surgiriam no decorrer do processo de construção, implantação e operação do empreendimento, e que, lamentavelmente, como se tem visto, persistem até hoje.

Conforme se tem evidenciado nos depoimentos de autoridades e líderes comunitários e nos levantamentos realizados nos vários estudos e pesquisas multicitados neste trabalho, hoje, passada quase uma década, muitas das recomendações do EIA/RIMA ainda não foram cumpridas e as que o foram não tiveram sustentabilidade, como é o caso, por exemplo, da usina de reciclagem de lixo que atualmente opera em condições totalmente insatisfatórias.

Apesar das providências tomadas pela Fundação Odebrecht, com a criação do Instituto da Hospitalidade – IH, a verdade é que houve um descompasso muito grande entre o planejado e a sua execução, o que acabou por não dar aos problemas a solução desejada, assim permanecendo até hoje.

Dessa forma, o resultado final desse balanço, corroborado pelas observações das visitas ao campo, pela constatação do descumprimento de várias das condicionantes do EIA/RIMA e pela insistente reincidência dos impactos negativos denunciados nas pesquisas anteriores, permite inferir, com respaldo no arcabouço teórico alusivo ao tema, que:

A relação conflituosa do Complexo Costa do Sauípe com o ambiente natural e social em que se situa, conforme referida e comentada na seção 4.3., não encontrou até agora, quase uma década depois, uma forma satisfatória de resolução, pelo contrário, em alguns aspectos se tem agravado, demandando, portanto, medidas urgentes com vistas à correção dos recorrentes problemas detectados.

7. DISCUSSÃO DOS ASPECTOS MAIS RELEVANTES

7.1. Resposta do Complexo ao questionário que lhe foi enviado

Contatada a respeito de um encontro pessoal para entrevista, a gerência local do empreendimento, como já foi dito repetidas vezes, alegando indisponibilidade de tempo, solicitou que lhe fosse enviado um questionário, via e-mail, o que foi feito. Somente duas semanas depois, após insistentes cobranças, o questionário foi respondido, também por e-mail, com informações que em nada contribuíram para o enriquecimento da pesquisa, conforme se pode verificar no APÊNDICE A, onde estão transcritas as respostas formuladas pela consultoria de marketing do Complexo.

Só para exemplificar a irrelevância do documento, basta que se destaque a resposta ao último quesito (o mais importante do questionário), no qual se indaga se as soluções adotadas para a coleta e destino dos esgotos e dos resíduos sólidos estariam funcionando satisfatoriamente “em termos de preservação do ecossistema local”:

Resposta: *“A Costa do Sauípe entende que todas as ações socioambientais tratadas com seriedade trazem ótimos resultados e tendem sempre a melhorar, afinal todo ciclo de preservação e responsabilidade sócio-ambiental deve ser sustentável”.*

Diante desse primor de obviedade e por melhor boa vontade que se possa ter, é inevitável identificar-se uma postura de total desinteresse em “tratar com seriedade”, como a própria

resposta sugere, os conflitos socioambientais gerados pelo Complexo. O que certamente explica o porquê da persistência desses conflitos ao longo dos anos de operação do empreendimento, induzindo, fatalmente ao seu aprofundamento e à sua cronicidade.

Consultando o pensamento de Beni acerca dessa questão (Beni, 2007) no seu conceituado trabalho “*Análise Estrutural do Turismo*” (p. 54) encontram-se os seguintes argumentos:

“A essência do problema que causa a crise ecológica nos espaços de uso turístico talvez possa ser resumida no enfrentamento de forças que ocorre no espaço cultural contra o espaço natural (...) Esse confronto de forças, as humanas contra as físicas e ambientais, caracteriza-se em parte (...) pela crescente população de turistas e residentes permanentes que congestionam os centros (...) e pela necessidade destes de crescer quantitativamente através da atração e concentração de capitais que, logo em seguida, se transformam, quando entremeados com outros insumos, em unidades produtoras de serviços turísticos que tem sua operação apoiada em uma tecnologia nociva para a qualidade ambiental. A isso acresça-se também o que muitas das práticas turísticas tem de contaminador e deteriorador para que se possa, por fim, entender as consequências desse enfrentamento de forças”.

É exatamente para esse “enfrentamento de forças”, essa “queda de braço” entre empreendedores, poder público e comunidade impactada, que se precisa atentar, na busca de uma conciliação de interesses que conduza à interrupção dessa longa trajetória de conflitos e de antagonismos na área de influência do Complexo Costa do Sauípe.

7.2. Aspectos ambientais

Apesar das observações constantes da seção anterior, não se pode, contudo, deixar de admitir que nem todos os problemas aqui mencionados são da responsabilidade exclusiva do empreendedor. Praticamente todas as pesquisas anteriores denunciaram a falta de entrosamento e de parceria entre os atores principais envolvidos, ou seja, poder público nos seus três níveis, sociedade civil organizada e empresariado, na busca de soluções para os graves problemas encontrados em todas as áreas, mas, particularmente na área ambiental. A pesquisadora Couto, embora tratando de questões mais atinentes à área social, mas perfeitamente extrapoláveis para a ambiental, é bastante enfática quanto a isso na conclusão

do seu trabalho (COUTO, 2003). Ao referir-se à falta de providências com vistas à preparação da comunidade para receber o Complexo e para capacitar os moradores neste sentido, a autora afirma (p. 89):

“Acreditamos que estas providências não foram tomadas devido a falta de entendimento e de parceria entre a Prefeitura de Mata de São João, o governo do Estado da Bahia, os empresários e os líderes comunitários. A importância desta parceria para o desenvolvimento sustentado da região está explicitada na questão da construção da estrada para ligar a sede do município de Mata de São João à região litorânea. Se a estrada estivesse pronta, a comunidade teria mais acesso aos benefícios do turismo praticado no litoral

Por outro lado, embora a maioria dos entrevistados considere a construção de um emissário submarino como a solução ideal para o descarte dos efluentes orgânicos do Complexo e das localidades vizinhas, os dados técnicos apresentados pela Embasa, cuja confiabilidade não se pode, a priori, por em dúvida, demonstram uma eficiência da ETE, que recebe e trata esses efluentes, da ordem de 99%. Isto, de forma alguma exime o Complexo da sua cota de responsabilidade na poluição do Rio Sauípe, do seu estuário e dos manguezais, inclusive porque ainda não foi dada, ao que se pode apurar, solução adequada para os efluentes não orgânicos, contendo metais, provenientes dos sistemas centrais de climatização dos diversos hotéis e pousadas. Contudo, há que se considerar também, com base nos próprios depoimentos dos secretários de Entre Rios e de Mata de São João, um forte quinhão de responsabilidade das prefeituras (que vem desde gestões anteriores) na poluição dos manguezais, ao não disciplinar o ordenamento e uso do solo, permitindo que construções irregulares, sem nenhuma condição sanitária, ali se instalem (e permaneçam), aterrando o mangue e lançando nele os seus esgotos in natura. O mesmo fato ocorre em relação à praia do estuário, onde, como se vê nas figuras que ilustram a seção 6.4., prolifera grande quantidade de barracas, cujas fossas (as que as têm), estão certamente contaminando o lençol freático, que ali é quase superficial. Cabe registrar aqui, por oportuno, que ambos os gestores acima citados asseveram que estão adotando medidas administrativas e institucionais para a solução desses problemas. A Embasa, por sua vez, dá também a sua parcela de contribuição ao não ampliar a sua rede de esgotamento sanitário, para atender aos novos assentamentos e parcelamentos que se vão instalando na região, conforme arguiu com veemência o Secretário Mendes, de Entre Rios, por ocasião da apresentação da EMBASA mencionada à p. 23.

Em suma, as questões acima guardam, todas elas, relação, direta ou indireta, com os impactos ambientais identificados nos estudos anteriores, sobretudo aqueles de maior potencial poluidor, conforme relacionados na seção 4.1.

A propósito, cabe registrar aqui a grande semelhança entre esses impactos extraídos do caso concreto ora em estudo, e aqueles mencionados pela autora Brasileiro, no seu trabalho “Fundamentos da Sustentabilidade”, como passíveis de ser gerados por quaisquer grandes projetos turísticos, com repercussões nos ambientes econômico, natural e sociocultural das localidades onde se situem, como sejam:

- No ambiente econômico: inflação – bens, serviços, imóveis, etc.; competição por trabalho; base econômica diminuída e dependência do turismo; custos de infra-estrutura mais caros; redução de bens e serviços locais (**negativos**); renda, comércio exterior, emprego, receita, base econômica diversificada, serviços aprimorados, melhoramento da infra-estrutura para outras indústrias e serviços (**positivos**).

- No ambiente natural: poluição – ar, água, ruído, visual; consumo das reservas – água, energia; perda de habitats naturais; morte de vida selvagem; introdução de espécies exóticas, doenças; erosão (**negativos**); incentivo para conservação de áreas naturais; alternativas para o mau uso da terra; extensão da apreciação de valores naturais (**positivos**).

- No ambiente sociocultural: perda de valores culturais, aculturação, invasão de privacidade, congestionamento, redução do acesso ao lazer, quebra de laços sociais e tradições; comportamento culturalmente ofensivo, crime, prostituição (**negativos**); incentivo para proteção da herança e revitalização da cultura, orgulho da comunidade, aumento de oportunidades de cultura e lazer para os habitantes locais, estabilidade da comunidade, aumento da tolerância (**positivos**). (BRASILEIRO, 2008, p. 19 e 20)

Este interessante paralelismo entre uma situação no plano real e aquela descrita num plano teórico, além de confirmar na prática o que prescreve a teoria, corrobora a afirmação de Alier no seu livro “*O Ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração*” (2007), segundo a qual “*todo desenvolvimento econômico implica um conflito ambiental*”. Isto, contudo, não constitui, necessariamente, nenhuma catástrofe impeditiva ao progresso, ao contrário, pode se transformar num indutor construtivo para melhor, na medida em que a coexistência não excludente entre posições opostas acabe por conduzir a estágios mais aprimorados de desenvolvimento.

7.3. Aspectos sociais

A questão dos impactos sociais decorrentes da implantação do Complexo Costa do Sauípe foi, justiça se faça, uma das primeiras preocupações dos seus empreendedores. Haja vista a iniciativa da Fundação Banco do Brasil e da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI, que resultou na criação, em julho de 2003, de um programa social a que se deu o nome de Projeto Berimbau, com o objetivo básico de atuar na melhoria da qualidade de vida das comunidades da região do Sauípe, mediante ações voltadas para a geração de emprego e renda.

Tal objetivo foi, sem dúvida, o mais justo possível, ante as enormes carências dessas comunidades no que se refere à educação (altos índices de analfabetismo), ações básicas de saúde e oportunidades de trabalho. Os seus habitantes dependiam, e em alguns casos, ainda dependem, de uma paupérrima economia primária de sobrevivência: extrativismo, pesca, mariscagem e artesanato rudimentar.

Assim, o Programa foi planejado de modo que todos esses aspectos, aliás perfeitamente identificados, como já se viu, no processo de licenciamento ambiental do Complexo, fossem contemplados por meio das seguintes ações: BB Educar (alfabetização de adultos), Escola de Informática, Escola Meninos do Porto, Escola de Produção, Unidade de Processamento de Resíduos, Unidade de Produção e Comercialização de Produtos Artesanais, Unidade de Revitalização da Pesca, Unidade de Criação e Beneficiamento de Pequenos Animais e Unidade de Beneficiamento da Casca de Coco.

Em 2006, o pesquisador Rodrigues Júnior avaliou os resultados do Programa, consultando, por meio de questionários, a opinião dos moradores quanto à eficácia dessas ações.

Nas Conclusões da sua pesquisa, embora o autor sinalize, no cômputo geral, com uma avaliação positiva do Programa, identifica, entretanto, uma indisfarçável dualidade de intenções (p. 93 e 94), na medida em que as ações desenvolvidas seriam inspiradas muito mais por uma lógica de mercado que busca preservar a comercialização do seu “produto”, dando-lhe uma roupagem ambiental e socialmente correta, do que por uma real nobreza de propósitos dos empreendedores.

Isto provavelmente explica o enorme descompasso que acabou por existir entre o ímpeto inicial do Programa, que coincidiu com os primeiros anos de operação do Complexo, e a situação que se observa hoje. Nesta, parece ter havido uma espécie de saturação dos objetivos básicos e um certo declínio do interesse dos empreendedores na ampliação do seu alcance, a

partir do momento em que se deram conta de que a sua própria condição socioambiental, nos limites internos do empreendimento, já estaria satisfatoriamente resolvida, para fins da colocação mercadológica do seu produto turístico.

Na questão, por exemplo, da inclusão social, o autor constata que o aproveitamento da mão de obra local na fase de operação do empreendimento, reduziu-se sensivelmente por falta de qualificação, o que tem dado margem a conflitos entre os moradores e o Complexo, evidenciando, assim, que as ações de capacitação têm sido insuficientes para atender às demandas das comunidades (p.74).

No que se refere à questão da saúde, o autor assinala ainda que:

“Como pode ser observado na Tabela 8, não há por parte de 58,83% dos respondentes nenhuma sinalização de melhoria do acesso aos serviços de saúde relacionados à participação no programa. O assunto na comunidade é polêmico, e observa-se um descontentamento geral quando se aborda o tema saúde com os moradores da comunidade Porto de Sauípe pelas condições precárias oferecidas pela assistência pública” (p. 89).

Nas respostas aos questionários aplicados na pesquisa, percebe-se uma certa insatisfação dos moradores em relação ao Projeto Berimbau, manifesta em frases como: *“O que estou achando hoje, no momento, um gigante branco. Foi projetada muita coisa, se gastou muito dinheiro de doações ali, e tá um gigante branco porque não está produzindo até agora”,* ou então: *“Tem tido mais dificuldade é da reciclagem de lixo. Porque o projeto inicial tem alguns equívocos e nós tivemos que refazer todo o projeto e estamos refazendo tudo”* (pág. 76).

Tudo isso parece indicar, da parte dos empreendedores, uma atitude típica de “lavar as mãos” ou de “já fizemos a nossa parte, o governo que cuide do resto”, que somente comprova que a falta de uma ação conjunta, de cooperação e de atitude colaborativa conduz, sem dúvida, à anarquia e à anomia, características das terras sem dono, em que cada um age ao seu talante, sem qualquer controle ou regra. Tais circunstâncias geram o ambiente perfeito para o surgimento dos atritos, dos antagonismos e dos conflitos socioambientais que tendem a perpetuar-se sem resolução, quando providências enérgicas, fruto de uma ação de mútua participação das entidades responsáveis, não são tomadas, como parece ser o caso presente. É urgente, pois, que se encontrem alternativas de negociação permanente entre os principais

atores deste cenário para o enfrentamento desses conflitos antes que danos maiores e mais graves sejam causados à grande área de influência do Complexo.

Veja-se, a propósito, o que propõe Cunha (2001) ao abordar esta questão no seu artigo *“Conflito ambiental na costa de São Paulo: o Plano Diretor de São Sebastião”*:

“A proposta de criar um processo contínuo de negociação, com avanços progressivos e retomadas sucessivas das discussões, implica em conceber, de outro lado, a construção da sustentabilidade também como um processo gradual, em que a cada momento, em função do avanço da consciência dos diferentes setores, das melhorias técnicas, dos entendimentos entre atores, dos fatores de mercado (como a importância dos critérios de qualidade, por exemplo), progressos institucionais e outros, a sociedade aproxima-se mais de práticas que se enquadrem na conceituação de desenvolvimento sustentável”.

Por sua vez, Little sinaliza também alguns procedimentos com vistas à resolução definitiva desses conflitos. No mesmo artigo, já referido na seção 4.2, ao comentar as diversas formas de tratamento dos conflitos socioambientais - confrontação, repressão, manipulação política, negociação/mediação e diálogo/cooperação – faz a seguinte afirmação a respeito da última forma citada, ou seja, **diálogo/cooperação** (p. 121):

“Este tipo de tratamento é o que mais se aproxima da noção de resolução stricto sensu dos conflitos socioambientais, porque implica a participação voluntária e colaborativa de todas as partes envolvidas. O diálogo e a cooperação procuram eliminar as causas básicas do conflito e tentam substituir as relações de desconfiança por ações colaborativas. Todas as partes têm que entrar neste processo com claras metas de conciliação(...) O diálogo e a cooperação também oferecem mais possibilidades para uma participação ampla de todos os grupos sociais”.

Em última análise, seja pela negociação, seja pelo diálogo ou cooperação, é isto o que se pretende deixar como recomendação deste trabalho para o tratamento dos conflitos socioambientais na área de influência do Complexo Costa do Sauípe: que empreendedores, órgãos públicos municipais, estaduais e federais e as entidades da sociedade civil organizada se deem as mãos de forma dialógica e cooperativa, na busca de soluções definitivas para os graves problemas com os quais convive, há quase uma década, o expressivo contingente populacional impactado econômica, social e ambientalmente pelo empreendimento.

8. CONCLUSÕES

No presente trabalho, foram abordadas questões atinentes à proliferação de grandes empreendimentos hoteleiros ao longo do litoral brasileiro e, particularmente, nordestino, com comentários acerca do gigantesco porte de alguns deles, um tanto fora da realidade brasileira e acarretando, face ao seu tamanho, graves impactos socioambientais nos sítios em que se instalam e na área mais ampla da sua influência. Direcionando o foco da atenção para o Complexo Costa do Sauípe, implantado em trecho da chamada Costa dos Coqueiros, no Litoral Norte da Bahia, por ser um dos maiores e mais importantes empreendimentos do ramo e também por já ter sido exaustivamente avaliado em estudos anteriores, decidiu-se pesquisar e avaliar a posição atual do empreendimento no que se refere aos aspectos e conflitos socioambientais, comparativamente com a situação identificada anteriormente.

Diante dos resultados obtidos, pode-se afirmar que todas as etapas da pesquisa, propriamente dita, foram executadas em obediência ao planejamento previamente traçado, sem maiores percalços.

Dessa forma, verifica-se que os objetivos deste estudo que pretendiam responder a **três grandes indagações**, a saber: I) **O QUE SE PRETENDE COM A PESQUISA?**; II) **COMO FAZÊ-LA?**; III) **PARA QUÊ FAZÊ-LA?**, puderam ser cumpridos.

Assim, buscando a resposta para a primeira indagação, chegou-se ao **OBJETIVO GERAL** da pesquisa conforme enunciado na seção 3.1., ou seja:

Proceder, a partir do farto material de campo existente, a uma prospecção, a mais aproximada possível, da realidade atual do Complexo, tanto no que tange às questões pesquisadas, como no que concerne à postura dos empreendedores frente aos prováveis problemas ainda persistentes, geradores de conflitos socioambientais.

As respostas às segunda e terceira indagações vão constituir, então, os **OBJETIVOS ESPECÍFICOS** do estudo, de igual modo definidos na seção 3.1., quais sejam:

O estabelecimento de procedimentos metodológicos capazes de possibilitar uma pesquisa eficiente e consistente que evidenciasse com clareza o confronto entre a situação atual e aquela levantada em estudos anteriores, particularmente em relação a: 1) poluição dos mananciais; 2) degradação dos ecossistemas locais (manguezais, estuários, dunas, praias, etc.; 3) falhas no atendimento às carências das populações autóctones impactadas pelo empreendimento., mormente nas áreas de saúde. Educação e de emprego e renda; 4) aumento da criminalidade, prostituição e tráfico de drogas; 5) desprezo aos valores culturais locais; 6) descumprimento de condicionantes estabelecidas no Estudo de Impacto Ambiental – EIA/RIMA, dentre outros aspectos.

Num segundo estágio, então, os resultados desse confronto, vão orientar, fundamentadamente, a formulação de recomendações e sugestões de medidas a serem adotadas, tanto pelo poder público, quanto pelo segmento empresarial, com vistas à resolução desses conflitos.

Lançando agora um olhar retrospectivo para o desenrolar das diversas etapas da pesquisa e para os resultados alcançados em cada uma delas, pode-se afirmar terem sido atingidos satisfatoriamente os alvos colimados, permitindo chegar-se, lamentavelmente, confirmando as suspeitas iniciais, **a um diagnóstico bastante desfavorável** acerca do estágio atual do empreendimento, no que se refere aos impactos socioambientais, em sua maioria ainda não resolvidos, segundo o que se constata ao final da seção 6.5., à p. 60 (destaque em negrito).

Dessa forma, na expectativa de que empresários, poder público e sociedade civil organizada, na qualidade de atores principais na área de influência do Complexo Costa do Sauípe, possam, afinal, atuar de forma conjunta e colaborativa, oito ações prioritárias serão sugeridas, a seguir, com vistas à solução de alguns dos problemas mais cruciais evidenciados no decorrer do presente estudo. As quatro primeiras relativas à área ambiental e as quatro últimas à área social.

8.1. Sugestões para ações futuras junto ao Complexo Costa do Sauípe

I - Re-estudar a questão da construção do emissário submarino. Uma vez que a Embasa, conforme informado na pág. 12, pretende contratar estudos que indiquem soluções integradas para o aproveitamento conjunto de mananciais e para o tratamento e destinação final de efluentes ao longo de todo o litoral norte, aí estaria, muito provavelmente, equacionada a questão da vazão necessária para viabilizar, técnica e economicamente, a construção do emissário submarino. Este, no tramo inicial sobre o mar, como bem lembrou Juca do Porto na sua entrevista, poderia, inclusive, funcionar como um píer para um pequeno cais em Porto do Sauípe, equipamento dos sonhos da comunidade local. A obra, desde o seu projeto até a sua execução, envolveria a participação conjunta do Governo do Estado, das municipalidades beneficiadas e dos empreendedores hoteleiros da região.

II - Usina de reciclagem do lixo e aterro sanitário em Entre Rios. Também aqui, uma ação conjunta dos empresários e da comunidade local recolocaria a operação da usina nos mesmos níveis de qualidade do seu início. E, no que tange ao aterro sanitário, cuja operação é hoje terceirizada e, segundo informação da comunidade, mal executada, contaminando mananciais com o chorume, caberia uma intervenção do Estado através da CONDER, em cooperação com a municipalidade de Entre Rios, para corrigir, o quanto antes, este problema.

III - Elaboração de Planos Diretores Urbanos pelas municipalidades da Região (aquelas que ainda não o têm) e criação de mecanismos eficientes de fiscalização e controle, capazes de coibir com rigor a proliferação de invasões em sítios protegidos e frágeis ambientalmente, como é o caso dos manguezais e das áreas estuarinas. O Governo do Estado teria condições de apoiar estes municípios nesta tarefa, através de Convênios de Cooperação Técnica, com a interveniência da CONDER.

IV - Agilização das obras de ampliação das redes de esgoto e de água. Esta, como se viu no decorrer desta pesquisa, é uma ação absolutamente imprescindível e urgente para eliminar os inúmeros pontos de lançamento de esgotos ao longo das praias, mormente nos municípios

de Mata de São João e de Entre Rios. Embora de responsabilidade direta do Governo do Estado, através da Embasa, pode perfeitamente ser executada com a contrapartida das municipalidades, em especial no que diz respeito às medidas coibitivas dos assentamentos ilegais e predatórios dos ecossistemas locais, conforme sugerido no item III.

V - Construção da estrada que ligaria a sede do Município de Mata de São diretamente ao litoral. Tal providência, que encurtaria para 15 minutos o trajeto atual de quase duas horas, interessa certamente aos empresários, pelo que representaria de economia no percurso dos seus ônibus que diariamente conduzem funcionários entre o Complexo e a sede do Município, além de beneficiar significativamente os moradores da sede com um acesso muito mais rápido às praias do litoral. Estaria aí, então, nessa convergência de interesses, a oportunidade ideal para uma parceria entre o Complexo, a municipalidade de Mata de São João e o Governo do Estado.

VI - Minimização do problema das drogas e da prostituição. Em conjunto com as municipalidades e entidades privadas, associação de moradores, organizações não governamentais e apoio firme do empresariado, sugere-se uma atuação em duas vertentes: uma primeira, de caráter educacional, promovendo, sobretudo junto à população jovem, campanhas intensivas de conscientização quanto à educação ambiental e sexual, prevenção da gravidez precoce e da aids, noções de higiene corporal, etc. E uma segunda, voltada para o comércio já consolidado do sexo e das drogas, oferecendo às profissionais da área possibilidade de realizar exames periódicos gratuitos de saúde; e criando ou apoiando a criação de centros de recuperação de drogados e alcoólatras com acesso gratuito ao tratamento e acompanhamento de profissionais especializados, médicos e/ou paramédicos. Tudo isto tem obviamente um custo, que poderia ser compartilhado entre o segmento empresarial, o poder público municipal e entidades privadas, que já atuam em projetos dessa natureza. Assinale-se, contudo, que o uso e tráfico de drogas, bem como a prostituição, são fenômenos comportamentais que decorrem, em princípio, da ociosidade e da falta de oportunidades de emprego e renda, assunto de que se vai tratar nos dois próximos itens.

VII - Ampliar as ações educativas que já vêm sendo implementadas. Ações como o BB Educar, a Escola de Informática, Escola de Produção, Escola Meninos do Porto, que têm um efeito multiplicador e propiciam capacitação para o mercado de trabalho, precisam ser revigoradas com urgência, pela cooperação conjunta do empresariado, das municipalidades e

do Governo do Estado. Ademais, é de fundamental importância, não só a ampliação da rede de ensino básico, como a disseminação nas comunidades ao alcance da influência do Complexo, de escolas técnicas de formação profissional, direcionadas para as disciplinas adequadas à vocação laboral de cada região.

VIII - Intensificar a promoção de oportunidades de emprego e renda. Atuar no fortalecimento das Unidades de Processamento de Resíduos, de Produção e Comercialização de Produtos Artesanais, de Revitalização da Pesca, da Criação e Beneficiamento de Pequenos Animais e de Beneficiamento da Casca de Coco. Incentivar o funcionamento de cooperativas agrícolas mediante o compromisso dos empresários de abastecer os hotéis com os insumos por ela produzidos. Tudo isso sem descartar o estudo e implantação de outros instrumentos capazes de proporcionar novas oportunidades de capacitação para o trabalho na própria atividade turística, em seus diversos desdobramentos.

Para finalizar, tendo em consideração que essas são ações emergenciais e imprescindíveis para a resolução dos conflitos socioambientais que teimam em persistir na região há quase uma década, passam elas a constituir, então, a recomendação final deste trabalho, no desejo de que, se acatadas por quem de direito, venham a ser, afinal, executadas, para benefício do significativo contingente populacional, direta ou indiretamente impactado pela presença do Complexo Costa do Sauípe na magnífica Costa dos Coqueiros, do Litoral Norte da Bahia.

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALIER, Joan Martinez. **O Ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração**. São Paulo: 2007.

ALONSO, Ângela. COSTA, Valeriano. **Por uma sociologia dos conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: 2000.

Disponível em <http://www.centrodametropole.org.br/pdf/Angela.pdf>.

Acesso em 25 mai. 2009

ANDRADE, José Célio Silveira, et al. (coord.). **Conflitos socioambientais: Análise da relação entre o Complexo Costa do Sauípe e atores locais**. Salvador. UFBA: 2002.

BAHIA. Secretaria do Turismo – SETUR. **Programa de desenvolvimento do Turismo da Bahia**. Salvador: 2005.

Disponível em <http://www.setur.ba.gov/prodetur.asp>

Acesso em 25 mai. 2009

BENI, Mário Carlos. **Política e Planejamento do Turismo no Brasil**. São Paulo: 2006.

BRASILEIRO, Iara. **Fundamentos da Sustentabilidade**. Brasília: 2008.

COUTO, Rosalina da Conceição. **Impacto Social do Turismo. Os impactos causados pela hotelaria nas comunidades locais. Estudo de caso: Complexo Costa do Sauípe**. Rio de Janeiro: 2003.

CUNHA, Ícaro A. **Conflito ambiental na costa de São Paulo: O Plano Diretor de São Sebastião**. In: **Saúde e Sociedade**. São Paulo: 2001. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-129020011000100003&script=sci_arttext...

Acesso em 25 mai. 2009

Diagnostico socioambiental da Área de Proteção Ambiental do Litoral Norte – APA LN. Salvador: 1999. (Relatório resumido, mimeo).

ECOPLAM. Projeto Sauípe. **Relatório de Impacto no Meio Ambiente (RIMA)**. Salvador: outubro 1995.

JACOB, Caio Sérgio Calfat. **O Desenvolvimento de um Destino Turístico Brasileiro: O Caso da Costa dos Coqueiros, na Bahia.** São Paulo: 1994.

LITTLE, Paul. **Os Conflitos Socioambientais: um Campo de Estudo e de Ação Política.** In: BURSZTYN, Marcel. **A DIFÍCIL SUSTENTABILIDADE.** 2ª Edição. Rio de Janeiro: Garamond, 2005: 107-122.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro. **Os Conflitos na Sociedade Moderna: Uma Introdução Conceitual.** In: BURSZTYN, Marcel. **A DIFÍCIL SUSTENTABILIDADE.** 2ª Edição. Rio de Janeiro: Garamond, 2005: 85-105.

OLIVEIRA, Thiago Corteletti de. **Resort Ecológico.** Brasília: 2005

ONDAZUL, Fundação. **Três Cenários e uma Proposta.** Salvador: 2000.

RODRIGUES JÚNIOR, João Bezerra. **Programa Social Berimbau de Autossustentabilidade da Costa do Sauípe: avaliação do Programa na comunidade de Porto do Sauípe.** Brasília: 2006.

SANTOS NETO, Antônio Amarílio Lopo. **A responsabilidade socioambiental da indústria do turismo e do lazer. O empreendimento Costa do Sauípe.** Brasília: 2003.

UFC Engenharia Ltda. **Conhecimento do Problema.** Proposta para a Concorrência Nacional nº 074/08. Salvador: 2008.

VIVACQUA, Melissa. VIEIRA, Paulo Freire. **Conflitos socioambientais em Unidades de Conservação.** In: **Política & Sociedade.** Florianópolis, p. 139 – 162, 2005.

**APÊNDICE A - Informações prestadas pelo Complexo
Costa do Sauípe**

INFORMAÇÕES PRESTADAS PELO COMPLEXO COSTA DO SAUÍPE

- Qual o tempo de instalação do Complexo?

A Costa do Sauípe existe desde 2000.

- Quantas unidades integram o Complexo e quais?

A Costa do Sauípe possui cinco hotéis e seis pousadas de padrão internacional.

As Operadoras são:

- **Sauípe Hotéis & Resorts (SHR)**, responsável pela gestão dos hotéis Costa do Sauípe Suítes, Costa do Sauípe Golf & Spa, Costa do Sauípe Conventions e Costa do Sauípe All Inclusive;

- **Superclubs**, opera o Superclubs Breezes;

- **Pestana Hotéis & Resorts**, opera as seis pousadas temáticas sob a marca de Pestana Sauípe Beach Pousadas.

- Está totalmente implantado ou ainda há unidades a implantar?

Está totalmente implantado.

- De quantos leitos dispõe, contando, inclusive, com as unidades ainda previstas?

Ao todo são quase 1600 apartamentos.

- Qual a clientela predominante no Complexo? Estrangeiros ou brasileiros?

Não há um único tipo de público, porém há uma certa predominância das classes A e B. Os brasileiros representam cerca de 60% a 65% dos turistas.

- Se estrangeiros, qual a procedência principal?

América Latina e Europa.

- Existem ações de natureza social, de iniciativa do Complexo, voltadas para as comunidades vizinhas ao empreendimento? Quais?

Sim, existe o projeto Berimbau - Programa Social Sustentável da Costa do Sauípe, que é resultado de uma parceria entre a Sauípe S.A., a Fundação Banco do Brasil e a Previ - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil. Ele foi criado com o propósito de contribuir para a transformação social das comunidades do litoral norte da Bahia, que enfrentam as mais diversas dificuldades para sobreviver, como alto índice de analfabetismo, reduzindo assim o mercado de trabalho e a exclusão social.

O Berimbau atende oito comunidades vizinhas (Canoas, Diogo, Estiva, Porto Sauípe, Vila Sauípe, Curralinho, Vila Santo Antônio e Areal), que tinham como única e principal fonte de renda a agricultura de subsistência e o artesanato, apresentando baixos índices de escolaridade e renda.

As bases do Programa Berimbau são os investimentos em iniciativas sustentáveis que tenham sinergia com o turismo, o respeito ao meio ambiente e o fortalecimento de potencialidades locais. Sua principal proposta de trabalho é a integração das populações e a mobilização dos meios necessários para a implantação de projetos propulsores de Geração de Trabalho, Renda e Melhoria da Qualidade de Vida da região conhecida como Costa dos Coqueiros.

- Qual o nível de relacionamento do Complexo com as associações de moradores porventura existentes na vizinhança?

Total. Temos um departamento dedicado a isso. Inclusive, somos fundadores da principal associação.

- Que soluções foram adotadas para a coleta e destino dos esgotos e dos resíduos sólidos gerados pelo Complexo?

O esgoto é tratado e 99% do lixo é reciclado. Também há coleta seletiva de lixo. Numa das comunidades do entorno do empreendimento, a Costa do Sauípe montou uma Usina de Reciclagem e Compostagem de lixo. São recicladas latas, vidro, plástico, papel, etc. O lixo orgânico é transformado em adubo que depois de pronto, é vendido ao próprio resort para adubagem do campo de golf e de áreas verdes, além da venda para terceiros, já que a produção supera a necessidade de adubo orgânico que o complexo tem.

- Estas soluções estão funcionando satisfatoriamente em termos de preservação do ecossistema local?

A Costa do Sauípe entende que todas as ações sócio-ambientais tratadas com seriedade trazem ótimos resultados e tendem sempre a melhorar, afinal todo ciclo de preservação e responsabilidade sócio-ambiental deve ser sustentável.